MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Memorando nº 20/2026 - GPGJ/DG/CAD

À Sua Excelência o Senhor

PAULO GONÇALVES ARRAIS

Diretor Geral da PGJ

Assunto: Abertura de processo de Inexigibilidade de Licitação, para contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública (Bando de Preços, Sistema de busca e consolidação de informações de Licitações e Pregões Eletrônicos).

Senhor Diretor,

A Coordenadoria de Administração solicita de Vossa Senhoria a adoção das providências cabíveis para a obtenção de autorização para a deflagração de Processo de dispensa de licitação para contração de assinatura anual de acesso a ferramenta de pesquisa de preço. Esclarecemos que a presente solicitação visa à superação das dificuldades enfrentadas pelas unidades que compõe a estrutura administrativa do Ministério Público do Maranhão, na obtenção de orçamentos que sirvam de parâmetro para o cálculo do preço médio de mercado, de modo a possibilitar a confecção dos Projetos Básicos e Termos de Referências que servirão de base para a realização de processos licitatórios, haja vista que a maioria das empresas consultadas não se dispõem a suspender suas atividades ordinárias, deixando de auferir lucro, tão somente para auxiliar a Administração Pública, sem qualquer contrapartida financeira.

A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à Administração Pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição. Portanto, é necessário que tenhamos acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação e aquisição.

A disponibilização de um banco de dados com preços praticados por toda a Administração Pública, facilitará significativamente as atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias da instituição ministerial, além do que contribuirá para que os preços a serem incluídos nos futuros Projetos Básicos e Termos de Referências, sejam o mais fidedignos possíveis, diminuindo sensivelmente as hipóteses de valores superestimados, que implicam em desvantagem para a Administração, ou ainda, de valores aquém dos praticados no mercado, que restringem a competição e podem vir a conduzir à inexecução do contrato.

A contratação do serviço ora solicitado, conferirá agilidade à deflagração, instrução e conclusão dos procedimentos administrativos relacionados à aquisição de bens e serviços em tramitação no âmbito do Ministério Público do Maranhão, possibilitando a entrega, no menor espaço de tempo possível, dos produtos finais de atribuição de cada uma das Coordenadorias que compõe a estrutura administrativa de nossa instituição.

Como a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**., é a única que possui licença para prestação dos serviços objetos do presente termo de referência, torna-se inviabilizada a ampla competição, razão pela qual necessária se faz a contratação mediante inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, I, da Lei nº 14.133/21.

A pesquisa de preços é um procedimento de fundamental importância para a prática das contratações e licitações no âmbito da Administração Pública, em especial, por ser o instrumento capaz de garantir ao poder público a prévia estimativa de seus gastos, bem como, o acompanhamento adequado de sua execução orçamentário financeira. Por conta dessa peculiaridade, a pesquisa de preço torna-se uma exigência legal e formal, que deve ser cumprida pelos órgãos públicos, antes de celebrarem qualquer tipo de contratação, decorrente de procedimentos licitatórios e/ou contratações diretas, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/21 (Lei de licitações e Contatos), e em decisões emitidas pelo Tribunal de Contas da União.

Nesta lógica, por ser a pesquisa de preço um instrumento necessário a satisfazer os gastos públicos, e que tem exigência legal para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos.

Por fim, justifica-se também pela conveniência da aquisição com previsão de entrega única, nos

moldes preconizados pelo **Ato Regulamentar nº 10/2023.**

Sem mais para o momento, externamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Documento assinado eletronicamente por **ROSEANE BRANDÃO PANTOJA**, **Coordenadora de Administração**, em 12/02/2026, às 14:47, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Documento assinado eletronicamente por **DIEGO ABREU MENDONÇA**, **Chefe de Seção**, em 13/02/2026, às 08:28, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0296253** e o código CRC **33C1BD4F**.

Requerente principal:
Diego Abreu Mendonça

Matrícula:
1070880

Cargo:
Chefe da Seção de Compras

Telefone de contato:
98991305851

Setor:
Coordenadoria de Administração

Chefe da unidade:
Roseane Berandão Pantoja

Objeto da solicitação:
Inexigibilidade Banco de Preços

Demais informações:
-

ATENÇÃO: é necessário que, após o preenchimento, o formulário possua pelo menos uma assinatura antes do processo ser movimentado para outra unidade.

Documento assinado eletronicamente por **DIEGO ABREU MENDONÇA**, **Chefe de Seção**, em 12/02/2026, às 14:03, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0296259** e o código CRC **B105DDFE**.

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

1.1 contratação de empresa especializada no fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas, denominada Banco de Preços.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Esclarecemos que a presente solicitação visa à superação das dificuldades enfrentadas pelas unidades que compõe a estrutura administrativa do Ministério Público do Maranhão, na obtenção de orçamentos que sirvam de parâmetro para o cálculo do preço médio de mercado, de modo a possibilitar a confecção dos Projetos Básicos e Termos de Referências que servirão de base para a realização de processos licitatórios, haja vista que a maioria das empresas consultadas não se dispõem a suspender suas atividades ordinárias, deixando de auferir lucro, tão somente para auxiliar a Administração Pública, sem qualquer contrapartida financeira.

2.2. A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à Administração Pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição. Portanto, é necessário que tenhamos acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação e aquisição.

2.3 A disponibilização de um banco de dados com preços praticados por toda a Administração Pública, facilitará significativamente as atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias da instituição ministerial, além do que contribuirá para que os preços a serem incluídos nos futuros Projetos Básicos e Termos de Referências, sejam o mais fidedignos possíveis, diminuindo sensivelmente as hipóteses de valores superestimados, que implicam em desvantagem para a Administração, ou ainda, de valores aquém dos praticados no mercado, que restringem a competição e podem vir a conduzir à inexecução do contrato.

2.4 A contratação do serviço ora solicitado, conferirá agilidade à deflagração, instrução e conclusão dos procedimentos administrativos relacionados à aquisição de bens e serviços em tramitação no âmbito do Ministério Público do Maranhão, possibilitando a entrega, no menor espaço de tempo possível, dos produtos finais de atribuição de cada uma das Coordenadorias que compõe a estrutura administrativa de nossa instituição.

2.5 Como a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.**, é a única que possui licença para prestação dos serviços objetos do presente termo de referência, torna-se inviabilizada a ampla competição, razão pela qual necessária se faz a contratação mediante **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, I, da Lei nº 14.133/21.

2.6. A pesquisa de preços é um procedimento de fundamental importância para a prática das contratações e licitações no âmbito da Administração Pública, em especial, por ser o instrumento capaz de garantir ao poder público a prévia estimativa de seus gastos, bem como, o acompanhamento adequado de sua execução orçamentário financeira. Por conta dessa peculiaridade, a pesquisa de preço torna-se uma exigência legal e formal, que deve ser cumprida pelos órgãos públicos, antes de celebrarem qualquer tipo de contratação, decorrente de procedimentos licitatórios e/ou contratações diretas, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/21 (Lei de licitações e Contatos), e em decisões emitidas pelo Tribunal de Contas da União.
Nesta lógica, por ser a pesquisa de preço um instrumento necessário a satisfazer os gastos públicos, e que tem exigência legal para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1. Serviço com acesso via internet por meio de site próprio, com sistema de busca de preços e consolidação de informações de licitações, praticados no âmbito das administrações públicas;
3.2. Acesso ao serviço autentico por meio de login/senha específicos;
3.3. O sistema de acesso deve ser compatível com sistema operacional WINDOWS a ser operacionalizado em ambiente Web, com emissão de relatórios;
3.3.1. O Sistema deverá apresentar informações de licitações válidas, de pregões eletrônicos, apresentação de planilhas ou instrumento similar que informe as variações observadas de acordo com pesquisa baseada, principalmente, no sistema compras governamentais ou outros Oficiais;
3.3.2. Disponibilidade de acesso em 24 horas por dia e 07 dias por semana, independente de dia útil ou feriado;
3.3.3. Disponibilizar acesso aos serviços de consultoria de Preços, com sistema inteligente de pesquisas, baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas pela Administração Pública, para facilitar o processo de cotação de preços no mercado;
3.3.4. Disponibilizar informações atualizadas relativas a valores de referência, Atas de Registro de Preços e consulta facilitada a informações concernentes à elaboração de Editais.
3.3.5. O sistema deverá fornecer acesso de busca por palavra chave, com diversos mecanismos de filtragem das informações disponibilizadas, tipo por: palavra-chave, período, marca, UASG, UF, dentre outros possíveis;

3.3.6. Os preços a serem pesquisados deverão ser fornecidos e acessíveis pelas plataformas de interface dos mais diversos bancos de dados, entre os quais podemos citar: Comprasnet; licitações-e (banco do Brasil); BEC-SP, dentre outros;
3.3.7. O preço a ser disponibilizado, via sistema, deverá ter sua referência original com link que redirecione para a publicação oficial ou cópia da publicação, com acesso e salvamento em arquivo tipo PDF;
3.3.8. O sistema deverá oferecer seleção de preço para comparativo e emissão de relatório de extratos dos preços pesquisados, possibilitando a consulta de preço com período de até 2 anos de publicação;
3.3.9. O sistema deverá ser atualizado diariamente, com consulta a preços adjudicados e ARP em vigência, contendo dados mais fidedignos possíveis;
3.3.10. O sistema deverá oferecer opção de cotação direta com o fornecedor, possibilitando o acesso ao histórico e cadastro comerciai dos fornecedores;
3.3.11. O sistema deverá possibilitar a pesquisa sistêmica, atendendo ao que dispõe a IN 73/20 da SLTI/MPOG e IN 65/21 da SLTI/MPOG;
3.3.12. O Sistema deverá permitir a busca de preços por itens que atendam e estejam com consonância com os critérios de sustentabilidade.
3.3.13. Atender, com técnico disponível para dirimir dúvidas acerca da acessibilidade do sistema, assim como, demonstrar de forma mais rápida as opções e níveis de consulta apresentadas no sistema.

4. COMPROVAÇÃO DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Banco de Preços	Painel de Preços
Fontes da pesquisa: Compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG - Comprasnet - Bolsa Eletrônica de Compras (governo do estado de São Paulo) - Licitações-e (Banco do Brasil) - BPS (Ministério da Saúde) - Tabela Sinapi - Pesquisas de sites de domínio amplo - Cotação direta com fornecedores.	Fontes da pesquisa: - Compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG - Comprasnet.

ais de 20 opções de fórmulas de cálculo para estimativa do preços.	Informação indisponível para comparação.
Amplas possibilidades na modulação do relatório.	Emite 2 tipos de relatório, o completo e o resumido.
Diversos filtros para refinamento da pesquisa.	Poucos filtros para refinamento da pesquisa
Opção de relatório personalizado para cotação de serviço de terceirização.	Não oferece.
Opção para visualização de todos os preços válidos da licitação.	Não oferece.
Opções de visualização por participantes, vencedores e micro empresas.	Não oferece.
Perfil completo de fornecedores, incluindo dados de contato.	Não oferece.
Visualização do gerenciamento da ata de SRP.	Não oferece.
Mapa de fornecedores.	Não oferece.
Relatório de competitividade – Decreto n. 8.538/15.	Não oferece.
Sistema de elaboração do Termo de Referência.	Não oferece.
Atualização diária.	Informação indisponível para comparação.
Ferramenta estável com assistência técnica de fácil contato.	Ferramenta instável que ainda conta com muitas Inconsistências no funcionamento.

4.1. Dentre todas as funcionalidades listadas, certamente úteis durante a pesquisa de mercado, há aquelas que atualmente se mostram indispensáveis às atividades desta Pasta e não são fornecidas pelo Painel de Preços. Estas se tratam da possibilidade de emitir relatório de competitividade para atender as determinações do Decreto n. 8.538/15 (restrição da competitividade da licitação para participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas), o perfil e mapa de fornecedores. No primeiro caso, o Banco de Preços capta as informações dos licitantes, filtra os que se enquadram nos requisitos legais e emite um relatório capaz de ser direcionado por região do país se for o caso. Já com o mapa de fornecedores, é possível pesquisar facilmente quais empresas já forneceram determinado objeto, informando os dados para contato, também de forma regionalizada se for necessário. Como já relatado, o Painel de Preços e a Cotação Zênite não apresentam tais funcionalidades, somente o Banco de Preços as oferece.

4.2. Ademais, cumpre também esclarecer que os relatórios do Banco de Preços e Painel de Preços, apesar de ambos serem alimentados pelo banco de dados de Compras Governamentais, apresentam resultados distintos durante a pesquisa mesmo com parâmetros semelhantes. No Painel de Preços, o relatório emitido tem por base a data da aquisição. Dessa forma, o relatório apresentará pregões mais antigos, contudo, com aquisições realizadas dentro do lapso temporal refinado. O Banco de Preços, por seu turno, analisa a data da realização do certamente, independentemente do dia da efetivação da compra. Ou seja, as pesquisas podem apresentar resultados diferentes pelos mesmos parâmetros, o que tornam seus relatórios complementares.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DAS SENHAS DE ACESSO:

5.1 O prazo de vigência do contrato será de **1 (um) ano**, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PCNP.
5.2 As senhas de acesso ao sistema de banco de preços deverá ser enviada pelos Correios, com aviso de recebimento, endereçado à **Coordenadoria de Administração**, situada à **Av. Professor Carlos cunha, s/nº, Calhau, São Luís/MA**, e, paralelamente, para o e-mail *cad@mpma.mp.br*, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, contados do **recebimento da Nota de Empenho** pela **CONTRATADA**, ocasião em que a senhas de acessos consideram-se definitivamente recebidas.

6. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO E ESTIMATIVA DE CUSTO E QUANTITATIVOS

6.1. Cabe esclarecer que as senhas serão para uso da Coordenadoria de Administração e da Seção de Compras, Diretoria Geral e Assessoria Técnica.

Item	Descrição	UND.	QUANT.	Valor Unitário
01	Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública. (Sistema de busca e consolidação de informações de Licitações e Pregões Eletrônicos).	Serviço	03	R$ 12.750,00
Valor Total (Anual)				R$ 38.250,00

O valor estimado dos serviços ora solicitados é de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**

6.2. Caracterização do serviço:

6.2.1 O sistema deverá apresentar informações de licitações válidas, de pregões eletrônicos, apresentação de planilhas ou instrumento similar que informe variações observadas de acordo com pesquisa baseada principalmente no sistema Comprasnet ou outros oficiais.

6.2.2. O acesso está disponível nas plataformas: Windows, Mac, Linux, IOS e Android. Podendo ser acessado por meio de computador, tablet e Smartphone. O Banco de Preços tem disponibilidade de acesso utilizando os navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Ópera, Safari Edge e Internet Explorer. O Internet Explorer deverá ter versão mínima IE 9 (nove) ou superior.

6.2.3 O sistema deverá estar disponível 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

6.2.4. Deverá ser disponibilizado login e senha provisórios para posterior troca pelos definitivos.

6.2.5. Deverá fornecer sistema de busca por palavra-chave;

6.2.6. Filtro por data, UF e mais uma palavra chave

6.2.7. Cada preço tem sua referência original com link para redirecionamento para a publicação oficial ou cópia da publicação em PDF;

6.2.8. Seleção de Preço para comparativo;

6.2.9. Emissão de relatórios com extrato de preços;

6.2.10. A atualização do Banco de Preços deverá ser diária visando apresentação de dados mais fidedignos;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com contrato e seus anexos.

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.3. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor através de servidor especialmente designado.

7.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

7.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no neste Termo de Referência;

7.7. Comunicar à empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do objeto deste termo de referência.

7.8. Fiscalizar a execução dos serviços do presente termo de referência de acordo com as condições e exigências nele especificadas.

7.9. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a Contratada possa realizar o fornecimento e a prestação dos serviços com esmero e perfeição;

7.10. Fornecer e colocar a disposição da contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

7.11. Notificar a contratada por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos da sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. <u>Disponibilizar 03 (três) senhas</u>, no valor total de R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), para utilização irrestrita, sem limite de acessos, durante o período de vigência do contrato.

8.2. Notificar a contratante sobre qualquer irregularidade ocorrida durante a execução dos serviços

8.3. Deverá ser indicado funcionário para intermediação das solicitações que poderá sempre que possível ser realizada por meio de mensagens eletrônicas;

8.4. Arcar com todos os custos necessários, à perfeita execução do objeto deste termo de referência, inclusive despesas, impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, taxas, transporte e seguros incidentes ou que venham a incidir, bem como quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto ora licitado.

8.5. Durante o período contratado, deverá realizar atualizações diárias dos bancos de preços disponíveis no sistema.

8.6. Deverá realizar gratuitamente atualização do sistema sempre que houver novas versões;

8.7. Prover suporte aos serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado

8.8. Prestar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na prestação do serviço.

8.9. Cumprir fielmente o presente contrato de forma que os serviços contratados sejam fornecidos eficazmente, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.10 A CONTRATADA obriga-se a manter as condições iniciais de habilitação durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão.

8.11. A CONTRATADA deverá indicar telefone, chat, e-mail, para contato para casos excepcionais que porventura venha a ocorrer.

8.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Os servidores, lotados na Coordenadoria de Administração, designados pelo Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça para fiscalizar o contrato (**Roseane Brandão Pantoja, MAT. 1064377 – GESTORA, DIEGO ABREU MENDONÇA, MAT.1070880 - FISCAL, HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA, MAT. 1076117 - SUPLENTE),** deverão registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATÍVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato

10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 deste termo de referência, bem como nos itens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimentos de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

10.2.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2. **Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.5. A inexecução parcial do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA atrasar a entrega dos produtos de 1 (um) até 15 (quinze) dias corridos.

10.2.6. A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses quando a CONTRATADA atrasar a entrega dos produtos por mais de 15 (quinze) dias corrido

10.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, 2021):

10.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.6.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, segundo seu Art. 159, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Procuradoria Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora

contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado após o recebimento definitivo das senhas de acesso, nos termos do **item 3.2**, devendo a Nota Fiscal vir discriminada de acordo com a Nota de Empenho, acompanhada de Certidões Negativas do INSS, FGTS, Fazenda Nacional, Estadual e Municipal e do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE). E da comprovação de inexistência de débitos inadimplementos perante a Justiça do Trabalho, conforme o disposto no inciso V do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Após aceitação e ateste de recebimento definitivo das senhas de acesso, efetuado na Nota Fiscal, o pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, em até **30 (trinta) dias**, através de ordem bancária na conta indicada na proposta, devendo para isto, conter o nome do BANCO, AGÊNCIA E NÚMERO DA CONTA CORRENTE em que deverá ser efetivado o crédito.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

12.1 O valor estimado dos serviços ora solicitados é de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**

São Luís/MA, 12 de fevereiro de 2026.

ROSEANE BRANDAO PANTOJA:1064377

Assinado de forma digital por ROSEANE BRANDAO PANTOJA:1064377
Dados: 2026.02.12 08:14:56 -03'00'

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadora de Administração

DIEGO ABREU MENDONÇA
Chefe da Seção de Compras

Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Licenciamento

Alvara de Localizacao e Funcionamento

Localização e Funcionamento

Identificação

Razão Social: **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**
Nome Fantasia: **NP TECNOLOGIA**
CNPJ: **07.797.967/0001-95** Protocolo: **PRP2511051230**
Insc. Municipal: **89419** Data de abertura: **10/05/2021**

Localização

Logradouro: **RUA IZABEL A REDENTORA**
Número: **2356** Complemento: **EDIF LOEWEN SALA 117** Insc. Imob.: **0910300050056**
Bairro: **CENTRO** CEP: **83005-010**

Lista de Atividades - CNAE/CBO

6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS
6204-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

Observação

Atividade adequada de acordo com a Lei Municipal Complementar 107/2016
Proibido o uso da área pública para carga/descarga e estacionamento permanente.

Posturas e Requisitos de Validade: este Alvará é válido enquanto todas as posturas estiverem em validade

Local	Situação	Emissão	Validade
Corpo de Bombeiros.	Deferido	27/10/21	17/11/26

Ciência e Responsabilidade

O Alvará é emitido considerando a Ciência e Responsabilidade do empresário ou responsável legal pela sociedade, no qual este declara, sob as penas da lei, que irá observar durante o funcionamento e exercício das atividades econômicas solicitadas e autorizadas pelo Município, o cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental, prevenção contra incêndio e demais obrigações constantes nas Legislações Municipais, Estaduais e Federais.

A guia para recolhimento da Taxa de Alvará referente a TLL – Taxa de Localização e Funcionamento e TLS – Taxa Licença Saúde encontra-se disponível no link:

https://financas.sjp.pr.gov.br/socioEconomicoGateway/#/guia
O vencimento da primeira taxa está programado para 30 dias a partir da liberação do Alvará de Localização e Funcionamento, as taxas de renovação terão seu fato gerador no primeiro dia de cada ano.

Atenção

- Fixar este Alvará em local visível;
- Qualquer alteração nos dados acima descritos, deverá ser comunicada à seção competente no prazo regulamentar.
- Esta concessão poderá ser cassada a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento, ou ainda quando o estabelecimento por sua atividade interferir o sossego público.

Para consultar a autenticidade deste documento acesse o link: http://alvara.sjp.pr.gov.br
25 de Novembro de 2025

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **Consórcio Público Interfederativo de Saúde da AMREC - CISAMREC**, inscrito no CNPJ nº 13.791.885/0001-36 com sede em Avenida Santos Dumont, nº 1980, bairro São Luiz, CEP 88.803-200, telefone (48) 3045-3192, cidade de Criciúma/SC, atesta que a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.797.967/0001-95, estabelecida na R IZABEL A REDENTORA, 2356, EDIF LOEWEN SALA 117, Centro, CEP: 83.005-010, telefone (41) 3778-1700, cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, executa o serviço de assinatura anual para acesso ao sistema Banco de Preços – Ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Criciúma, 03 de fevereiro de 2025.

ROQUE SALVAN:44061056972

Assinado de forma digital por ROQUE SALVAN:44061056972
Dados: 2025.02.03 10:41:31 -03'00'

ROQUE SALVAN
Diretor Executivo do CISAMREC

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO
Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO**, com sede em Cuiabá/MT, na Rua dos Lirios, 363, Jardim Cuiabá, Cep: 78.043-122 inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.336.841/0001-86, Processo n.º 37/2023, Pregão Eletrônico n.º 07/2023, UASG: 925798, **atesta** que a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 07.797.967/0001-95, estabelecida na R IZABEL A REDENTORA, 2356, EDIF LOEWEN SALA 117, Centro, CEP: 83.005-010, telefone (41) 3778-1700, cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, executa o serviço de assinatura anual para acesso ao sistema Banco de Preços – Ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Cuiabá-MT, 18 de dezembro de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
ELEMARCIA PAIVA MOREIRA REZER
Data: 18/12/2024 16:56:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Elemarcia Paiva Moreira Rezer
Mat. 023/1999
Responsável do Setor de Licitação
Coren-MT

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Redes:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt

Coren MT
Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso
Presença que faz a diferença

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal, com sede em Rolim de Moura/RO, na Av; João Pessoa nº 4476 inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.394.805/0001-18 Telefone 69-3442-3100, atesta que a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.797.967/0001-95, estabelecida na R IZABEL A REDENTORA, 2356, EDIF LOEWEN SALA 117, Centro, CEP: 83.005-010, telefone (41) 3778-1700, cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, executa o serviço de assinatura anual para acesso ao sistema Banco de Preços – Ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Rolim de Moura, 12 de fevereiro de 2025.

Nilzo Rosa de Oliveira
Secretário Municipal de Adm. Compras e Licitação - SEMACOL
Secretaria de Administração

CamScanner
Digitalizado com CamScanner
Anexo ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - PREFEITURA MUNICI (0296298) SEI 19.15.9088.0007162/2025-45 / pg. 19

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE

A **Associação Comercial do Paraná - ACP**, inscrita no CNPJ 76.583.004/0001-01. Declara, para os devidos fins de direito e em conformidade com documentos constantes em seu arquivo, que:

1) EMPRESA: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, localizada na Rua Izabel a Redentora, 2356 – Edif. Loewen, Sala 117, Bairro Centro, CEP 83005-010, São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ sob nº 07.797.967/0001-95, e registrada como associada da Associação Comercial do Paraná sob o nº 00045733.

2) REPRESENTANTE LEGAL: Rudimar Barbosa dos Reis, inscrito(a) no CPF sob o nº 574.460.249-68.

3) PRODUTO/SERVIÇO: Solução integrada destinada ao apoio a agentes públicos no desenvolvimento e na instrução das diversas etapas da contratação administrativa, especialmente à etapa preparatória da licitação, amparando-a no tocante a especificação do objeto, elaboração do termo de referência, realização da pesquisa de preço e negociação de preços, possibilitando uma atuação conjunta, padronizada e eficiente entre os setores, contando com os seguintes diferenciais exclusivos no mercado:
• Funcionalidades exclusivas: Base de preços públicos com 1.185 fontes; apresenta preços de 1.500 sites de domínio amplo com foto do objeto a ser cotado. 6 fontes de Preços de tabelas complementares. Única ferramenta que apresenta preços de base de notas fiscais eletrônicas de 26 estados brasileiros, de acordo com a nova lei de licitações 14.133/2021;Módulo exclusivo de cotação direta com fornecedor, sendo possível solicitar via sistema pedidos de orçamentos para diversos fornecedores com emissão de relatórios das empresas que responderam ou não ao pedido de orçamento solicitado pela Administração Pública; Apresenta não apenas o menor preço da licitação (vencedor), mas sim os preços iniciais e finais de todos os licitantes; Módulo para consulta de planilhas de custos de serviços de terceirização; Única base de consulta de preços praticados pela administração pública nos últimos 14 anos; Única que apresenta justificativa em relatório sobre o método matemático aplicado na consulta dos preços, conforme instruções normativas 73/2020 e 65/2021 ; traz a opção de aplicação automática de índices de atualização de preços como IPCA/IGP-M entre outros, Apresenta histórico comercial de preços praticados em licitações vencidas pelos fornecedores; Emite alertas que a pesquisa de preços não está dentro dos parâmetros configurados pela Instituição, minimizando erros; Módulo para elaboração de especificações de objetos (termo de referência), sem limite de usuários; Consulta de atas e intenções de registro de preços vigentes; Painel de negociações, por meio do CNPJ do fornecedor e a descrição do objeto possibilita aos pregoeiros dados relevantes para negociação de preços, conseguindo redução de preços e maior economia para a Instituição; Emite relatórios com comparativo de preços em atendimento as instruções normativas 73/2020 e 65/2021, possuindo código de QR CODE para verificação da autenticidade dos dados. O sistema ainda apresenta:
• Pesquisa de Preços de Produtos e Serviços baseado nos filtros: Objeto, CATMAT/CATSER, Data, Região, Estado, Cidade, Marca, CNPJ do Fornecedor, Pregão, Órgão, Modalidade, Quantidade, Materiais ou Serviços, Participação Exclusiva, Itens Sustentáveis, SRP, pesquisa por imagem. Possibilitando a visualização dos detalhes dos preços e a inclusão destes em cotações. • Pesquisa sistêmica que atende aos parâmetros da lei 8.666/93 art. 15 e art.43, lei 14.133/21 art. 23, instruções normativas 73/2020 e 65/2021 entre outras orientações de órgãos de controle.
• Mapa de Fornecedores, apresenta em alguns cliques a relação de fornecedores da sua região que participam e vencem licitações, você ainda tem acesso ao histórico comercial dos preços praticados para o governo.
• Mapa de Competitividade, informa se há a possibilidade de competição entre EPP e ME para determinado material ou serviço em sua região.
• Terceirização, funcionalidade que possibilita a busca de serviços de terceirização baseado no tipo de serviço, Estado, Período e especificação adicional, possibilitando a criação e exclusão de cotação e a geração de relatório.
• Termo de Referência, funcionalidade que possibilita a criação, edição e exclusão de termos de

CHAVE SHA-256 DO DOCUMENTO ORIGINAL: 1a04376b6573b76af7bee5c2fcbd1004809fd78d03e92bf3e0f5503966b0
Anexo Atestado de exclusividade - ACP 10295317 - SEI 19.15.0038.0007102/2026-49 / pg. 26
CHAVE ÚNICA DO DOCUMENTO #27ead7ac6372d96e3705eb4b47c03a01

Referência, permitindo também a inclusão, importação, edição e exclusão de especificações técnicas além da edição e geração do modelo do documento.
• Especificação Técnica, funcionalidade que permite a inclusão, exclusão, envio e geração de relatórios de especificação técnica para compras de produtos/serviços, para inclusão sistema disponibiliza assistente com intuito de guiar a criação de especificação de acordo com os itens já existentes no banco de dados do sistema.
• Penalidades, apresenta os fornecedores que têm penalidades aplicadas, através da pesquisa por CNPJ ou razão social.
• Painel de negociações, auxilia na redução de custos, por meio dele é possível saber todo o histórico de preços praticados por fornecedores em outras licitações, além das margens de descontos, propostas vencedoras e negociações realizadas.
• Registro de preços, traz Atas de Registro de Preços vigentes para adesão e Intenções de Registro de Preços.
• Certidões, emite certidões de fornecedores do CNJ e do TCU diretamente do nosso sistema sem ter que buscar em seus respectivos websites externamente.
• Assinatura eletrônica, criação de assinatura digital, permitindo o uso em situações que requerem assinatura de um documento específico ou criação de um documento para assinatura.
• Mentoria, módulo que permite que usuário se mantenha capacitado através dos agendamentos de treinamentos para manuseio do sistema, bem como um banco de vídeos com lives e cursos sobre pesquisa de preços, além de manuais para uso do Banco de Preços.

4) VALIDADE: O presente atestado é emitido com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21, com validade em todo território nacional até **15 de agosto de 2026**. Para os devidos fins de direito, esclarecemos que:
a) A emissão deste atestado baseia-se exclusivamente nas informações, dados e documentos apresentados pela empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA;
b) Para sua emissão, a empresa solicitante apresentou os documentos listados a seguir, que se encontram devidamente arquivados na Associação Comercial do Paraná – ACP.

I. Atos constitutivos da empresa;
II. Declaração firmada pela empresa que informa os dados acima, sobre os quais assume toda e qualquer responsabilidade, bem como sobre a utilização do presente;
III. Certificado de Registro de Programa de Computador - Processo Nº: BR512020000345-1 - BANCO DE PREÇOS

Curitiba, 15 de agosto de 2025.

MAGALLI MARIA DE CASTRO DE OLIVEIRA
Supervisora de Processos - SEPROC/SCPC
ACP - Associação Comercial do Paraná

CHAVE SHA-256 DO DOCUMENTO ORIGINAL: 171043760457 3b76af7bce5c2bcbd1100480956f78d03e92bf2e0f55033966b0
Anexo Atestado de exclusividade - ACP 10295307 - SEI 19.15.0038.0007102/2026-49 / pg. 21
CHAVE ÚNICA DO DOCUMENTO #27ead7ac6372d96e3705eb4b47c03a01

GEC Gerenciamento de Contratos

SOPHUS TECNOLOGIA

Histórico do Documento

Este histórico é exclusivo do documento número: #27ead7ac6372d96e3705eb4b47c03a01

Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://entidade.scpc.inf.br/verificador.

27ead7ac6372d96e3705eb4b47c03a01

Painel de Assinaturas

Assinaturas com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

MAGALLI MARIA DE CASTRO DE OLIVEIRA; CPF 031.476.079-25; E-MAIL magalli.oliveira@acp.org.br; IP 189.112.224.209; Assinou o documento como validador(a). Assinado com certificado digital do tipo: A3.

Assinou em: 19/08/2025 às 09:48:32
Horário em Brasília

Localização compartilhada pelo dispositivo do signatário: Latitude -25,429658 e longitude -49,267898; Link da localização: https://www.google.com/maps?q=-25.429658%2C-49.267898 ;

Histórico do Documento

Este histórico é exclusivo do documento número: #27ead7ac6372d96e3705eb4b47c03a01

Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://entidade.scpc.inf.br/verificador.

Responsável	Descrição	IP
OPERADOR EXTERNO 13/08/2025 13:56:36	Inclusão de Contrato/Documento Descrição: Atestado de Exclusividade	179.177.58.15
OPERADOR EXTERNO 13/08/2025 13:56:38	Documento Enviado para Revisão.	179.177.58.15
SOPHUS BUSINESS 13/08/2025 13:56:39	Envio de E-mail para MAGALLI MARIA DE CASTRO DE OLIVEIRA e-mail magalli.oliveira@acp.org.br.	179.177.58.15
SOPHUS BUSINESS 13/08/2025 13:56:39	Envio de E-mail para LUCIANA GONCALVES DE QUADROS e-mail luciana.quadros@acp.org.br.	179.177.58.15
LUCIANA GONCALVES DE 14/08/2025 16:46:45	Geração de boleto. Número do boleto 2281418, valor R$ 600,00 e vencimento 22/08/2025.	189.112.224.209
MAGALLI MARIA DE CASTRO 15/08/2025 14:24:49	Documento Revisado.	189.112.224.209
MAGALLI MARIA DE CASTRO 15/08/2025 14:24:51	Envio do boleto para observador (não assinante), nome RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, e-mail cadastro@gelicprime.com.br.	189.112.224.209
MAGALLI MARIA DE CASTRO 15/08/2025 16:35:37	Visualização de boleto. Número do boleto 2281418, valor R$ 600,00 e vencimento 22/08/2025.	189.112.224.209
SOPHUS BUSINESS 19/08/2025 08:20:03	Envio de notificação por e-mail para MAGALLI MARIA DE CASTRO DE OLIVEIRA e-mail magalli.oliveira@acp.org.br.	
MAGALLI MARIA DE CASTRO 19/08/2025 09:48:32	MAGALLI MARIA DE CASTRO DE OLIVEIRA; CPF 031.476.079-25; E-MAIL magalli.oliveira@acp.org.br; IP 189.112.224.209; Assinou o documento como validador(a). Assinado com certificado digital do tipo: A3. Localização compartilhada pelo dispositivo do signatário: Latitude -25,429658 e longitude -49,267898; Link da localização: https://www.google.com/maps?q=-25.429658%2C-49.267898 ;	189.112.224.209

Histórico do Documento

Este histórico é exclusivo do documento número: #27ead7ac6372d96e3705eb4b47c03a01

Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://entidade.scpc.inf.br/verificador.

Responsável	Descrição	IP
	MAGALLI MARIA DE CASTRO DE OLIVEIRA; CPF 031.476.079-25; E-MAIL magalli.oliveira@acp.org.br; IP 189.112.224.209; Assinou o documento como validador(a). Assinado com certificado digital do tipo: A3. Localização compartilhada pelo dispositivo do signatário: Latitude -25,429658 e longitude -49,267898; Link da localização: https://www.google.com/maps?q=-25.429658%2C-49.267898 ;	
SOPHUS BUSINESS 19/08/2025 09:48:32	Documento assinado por todos os participantes.	189.112.224.209

Data e hora da consulta: 11/09/2025 16:53
Usuário: ***.438.961-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160745	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
54.639.977/0001-82	ST MILITAR URBANO AV DUQUE DE CAXIAS S/N BLOCO G 2º ANDAR.	70630-901

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	(61)3415-6218 / (61)3415-6567.

Ano	Tipo	Número
2025	NE	73

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	232014	1000000000	339040	160035	K3SCDSSRACI

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
11/09/2025	Ordinário	64202.004446/2025-86	-	17.375,00

Favorecido

Código	Nome
07.797.967/0001-95	NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA

Endereço	CEP
IZABEL A REDENTORA 2356 ED.LOEWEN- CENTRO	83005-010

Município	UF	Telefone
SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
167	INEXIGIBILIDADE

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
Lei 14.133/2021	74	-	I	-

Descrição
2025NC403199 DE 11 SET 25 DO DCT UASG 160035 - PARA ATENDER A CONTRATACAO PAINEL DE BANCO DE PRECOS.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/09/2025 16:53:14	Alteração

Anexo CENTRODEDESENVOLVIMENTODESISTEMASDF6818750 (0296312) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 25

Data e hora da consulta: 11/09/2025 16:53
Usuário: ***.438.961-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	17.375,00

Subelemento 06 - LOCACAO DE SOFTWARES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	PARA ATENDER A CONTRATACAO PAINEL DE BANCO DE PRECOS.	17.375,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/09/2025	Inclusão	1,00000	17.375,0000	17.375,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
LUCIANO DIAS PEREIRA
***.549.671-**
11/09/2025 16:53:14

Responsável pela Nota de Empenho
GEIZE ALVES DE SOUZA
***.438.961-**
11/09/2025 16:43:47

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/09/2025 16:53:14	Alteração

Anexo CENTRODEDESENVOLVIMENTODESISTEMASDF6818750 (0296312) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 26

C E R T I D Ã O Nº 260127/44.995 – página 1 de 9

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE

C E R T I F I C A

para os devidos fins e a quem possa interessar, que de acordo com seus dados cadastrais a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.** inscrita no CNPJ sob o nº 07.797.967/0001-95, Inscrição Estadual sob o nº 90547068-01, com sede R. Izabel a Redentora, nº 2356 – Edf. Loewen, Sala 117 – Centro - CEP: 83.005-010 – São José dos Pinhais/PR, associada na ABES sob o nº 4463/1, está quites com suas obrigações mensais e em pleno gozo de seus direitos associativos.

CERTIFICA mais, que documentos devidamente firmados em seu poder atestam:

1) 1) QUE a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA** é a única *desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização,* autorizada a comercializar em todo território nacional o programa para computador ***BANCO DE PREÇOS*** destinado à prestar os serviços relativos a esse programa.

2) QUE o programa **BANCO DE PREÇOS** possui os seguintes recursos, funções e/ou características técnicas:

Solução integrada destinada ao apoio a agentes públicos no desenvolvimento e na instrução das diversas etapas da contratação administrativa, especialmente à etapa preparatória da licitação, amparando-a no tocante a **especificação do objeto, elaboração do termo de referência, realização da pesquisa de preço e negociação de preços**, possibilitando uma atuação conjunta, padronizada e eficiente entre os setores.

Alcance

O banco de dados do Banco de Preços armazena preços dos últimos 10 (dez) anos, contribuindo para o controle das contas e para as justificativas necessárias à prova da economicidade dos preços praticados em dado momento passado no tempo.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200
Telefone: + 55 11 5094-3100

Anexo CERTIDÃO ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS (0296317) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 27

Preços disponíveis

A pesquisa com base apenas no preço vencedor – já negociado, relacionado ao cenário em que ocorreu a disputa e sem margem para nova competição – pode prejudicar a competitividade, acarretar uma licitação deserta e o fracasso do contrato. Tais riscos impõem como medida preventiva que a pesquisa abarque outros preços praticados na licitação, sob pena de falha de planejamento com alto impacto no processo de contratação. O Banco de Preços disponibiliza todos os preços ofertados no certame, especificação que confere confiabilidade aos resultados e regularidade ao procedimento.

Abrangência

Atualmente são mais de 300.000.000 (trezentos milhões) de preços públicos para consulta.

a) Preços de entes públicos 940 (novecentos e quarenta) portais públicos estão acessíveis para pesquisa, aumentando significativamente as chances de assertividade. Tal especificação é relevante não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também, qualitativo, permitindo a realização da pesquisa a partir de portais de compras que atendem a diferentes entes federativos, nas diversas regiões do país.

b) Preços de sites de domínio amplo: São 1.500 (um mil e quinhentos) fontes para pesquisas em sites de domínio amplo, contendo, inclusive, imagens do objeto a ser cotado, além do print screen dos sites consultados com a data e hora e URL do site, o que possibilita a utilização deste parâmetro de maneira segura e eficaz.

c) Pesquisa em tabelas referenciais de preços: São 6 tabelas de referência disponíveis para consulta de preços, entre elas, Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), Banco de Preços em Saúde (BPS), Centrais de Abastecimento (CEASA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Sistema de Custos Referencias de Obras (SICRO), Planilhas de Preços de referenciais em Obras da Secretaria de Infraestrutura Urbana do Estado do Ceará (SEINFRA) e Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais (SETOP).

d) Pesquisa em notas fiscais eletrônicas: A pesquisa em notas fiscais eletrônicas pode ser realizada a partir do banco de dados de 26 (vinte e seis) estados da Federação, uma fonte de pesquisa segura, que viabiliza, também, conforme o caso, o cruzamento de dados entre a licitação e o contrato. Ademais, tal funcionalidade se propõe a estar compatível com a exigência da nova Lei nº 14.133/21, que inclui a base nacional de notas fiscais eletrônicas como parâmetro de pesquisa.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200
Telefone: + 55 11 5094-3100

Anexo CERTIDÃO ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS (0296317) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 28

e) Pesquisa junto a fornecedores: A pesquisa direta com fornecedores é um dos parâmetros aptos a produzir a "cesta" que conterá os preços, a partir da qual se originará o valor estimado da licitação. Em muitos casos, pode até mesmo atuar como elemento modulador quando da aplicação da fórmula, interferindo positivamente no valor resultante. O Banco de Preços possibilita o pedido de cotação direta e automática com fornecedores do objeto pretendido, através de cadastros já existentes na ferramenta, ou o próprio usuário pode importá-los para dentro do sistema através de uma planilha em Excel, nas respectivas localidades em que se situam, inclusive encaminhando os respectivos termos de referência e estabelecendo prazos para respostas. Além disso, é possível gerar relatório com a data da solicitação e a relação dos fornecedores que não responderam, uma importante medida de validação do esforço da Administração na obtenção dos preços. O programa possui log dos convites enviados, possibilitando o acompanhamento do recebimento, abertura e acesso do convite, permitindo incluir isso no relatório.

f) Pesquisa em planilha de custos de serviços terceirizados: O Banco de Preços disponibiliza diversas planilhas de custo para consulta, melhorando as informações sobre os custos nos diferentes tipos de serviço, de vários locais do país.

g) Consulta de atas e intenções de registro de preços: O acesso a um banco de atas de registro de preços e IRPs existentes para os mais diversos objetos, dos mais diversos órgãos e entidades, conforme ocorre no Banco de Preços, facilita sobremaneira a utilização do "carona", sendo extremamente útil à realização das finalidades administrativas.

Comparativo de preços

o Banco de Preços possibilita a emissão de relatório com comparativo de preços, fornecendo QR CODE para verificação da autenticidade dos dados correspondentes.

Seleção de Legislação

Sistema permite selecionar a legislação a ser trabalhada na cotação, podendo ser IN73/2020, IN65/2021 ou nenhuma, com essa seleção, sistema leva em conta os parâmetros da legislação para exibição de resultados e alertas. Check list de parâmetros para evitar equívocos na pesquisa em relação aos parâmetros configurados pelo órgão ou entidade usuária, o Banco de Preços emite alerta caso algum deles não esteja sendo atendido, gerenciando o risco de erros e minimizando impactos negativos no processo de contratação.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200
Telefone: + 55 11 5094-3100

Anexo CERTIDÃO ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS (0296317) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 29

Painel de Negociações

A negociação de preços é uma etapa formal do pregão e das licitações eletrônicas que precisa ser observada pelo pregoeiro, agente de contração ou comissão de contratação, conforme o caso. O Tribunal de Contas da União já firmou entendimento de que a tentativa de negociar para reduzir o preço final é um dever da Administração, “tendo em vista a maximização do interesse público em obter-se a proposta mais vantajosa, mesmo que eventualmente o valor da oferta tenha sido inferior à estimativa da licitação”. (BRASIL, Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 2637/2015-Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas, Sessão de 21 out. 2015, Informação de voto, item 16). O Painel de Negociações do Banco de Preços é um suporte, pois disponibiliza ao pregoeiro as informações necessárias para melhorar a sua performance enquanto negociador e, consequentemente, aumentar as chances de sucesso. A situação se inverte e o pregoeiro passa a ocupar posição privilegiada na negociação, dispondo de informações como: histórico de licitações que venceu e participou, preços praticados, ofertados e negociados em outras licitações, margem máxima e mínima de descontos já oferecidos, penalidades aplicadas ao fornecedor.

Justificativa para a metodologia utilizada

As diferentes situações em que podem ser utilizadas a média, a mediana e, eventualmente, até o menor preço impõem ao gestor justificar sua opção. Se propondo a seguir a regra da IN no 73/2020- SEGES-ME e da IN no 65/2021-SEGES-ME. O Banco de Preços possibilita a justificativa da metodologia em relatório, se propondo a atender a disposição normativa federal e atribuindo transparência à atuação administrativa.

Motor inteligente de busca

Remoção de termos irrelevantes, remoção de filtros incompatíveis com a busca, sugestão de pesquisas com mais resultados, ordenação por relevância dos resultados, alerta para fornecedores já utilizados na cotação.

Emissão de alertas para segurança do usuário

Se propondo a seguir o definido na IN no 73/2020-SEGES-ME ou na IN no 65/2021-SEGES-ME, o banco de preços emite alertas durante a formação de preços orientando a priorização dos incisos I e II na coleta dos preços ao seguir para os demais incisos, o ícone triangulo aparece nos itens que não tenha os três preços coletados, alerta sobre o período da busca quando definido pesquisa acima de 1 ano, alerta do print do domínio amplo quando solicita a emissão do relatório sem o sistema ter finalizado a coleta de print no site.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

Anexo CERTIDÃO ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS (0296317) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 30

Relatório de mapa de fornecedores em Excel

Com mais de 400 mil fornecedores cadastrados, essa função permite gerar um relatório em excel com uma porcentagem de até 5% do total de fornecedores cadastrados (o programa possui mais de 400 mil fornecedores cadastrados). A função também permite ter acesso aos dados de cada fornecedor, para compra direta, onde irá informar os dados como: CNPJ, razão social, e-mail e telefone para contato.

Relatórios com o link direto da ata da licitação

Após realizar sua cotação, deve-se gerar um relatório com todas as informações coletadas, com isso, ao configurar as opções existentes para constar no relatório final, marcando a opção “DETALHAMENTO” irá trazer todas as informações da licitação, e o link da ata para acesso.

Relatórios com o descritivo de fórmulas matemáticas utilizadas

O sistema traz o significado da fórmula aplicada durante a pesquisa no relatório final, mas para que traga essas informações é necessário aplicar “EXIBIR LAUDO DA COTAÇÃO” em configurações. Sendo assim, trará todas as fórmulas aplicadas em cada item e seu respectivo significado.

Relatório de cotação contendo classificação e gráfico pela curva abc

Tendo três opções de relatório a ser gerado hoje no Banco de Preços, existe a opção de gerar um relatório após pesquisa informando a curva ABC de cada cotação, onde irá analisar o estoque de compras e categorizar os itens e informar qual é o mais importante, desde o MAIOR VALOR, VALOR MÉDIO E MENOR VALOR dos orçamentos na pesquisa.

Módulo para especificação de objetos

O módulo “ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA” permite a especificação de objetos que a administração deseja contratar, onde é possível informar o material ou serviço, e assim, selecionar os termos desejados a partir de cada item para ter essa especificação, podendo gerar um relatório com cada especificação, e criar o Termo de Referência com a especificação criada.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200
Telefone: + 55 11 5094-3100

Anexo CERTIDÃO ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS (0296317) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 31

Permite criar usuários fase interna

Essa é a função permite que cada usuário tenha a possibilidade de criar usuários no sistema sem nenhum custo, basta clicar no módulo “TERMO DE REFERÊNCIA” e em seguida “+NOVO”, e informar os dados necessários, e assim o usuário cadastrado terá acesso ao módulo “ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA” e “TERMO DE REFERÊNCIA”.

Confecção de Termo de Referência

O Banco de Preços permite a confecção do Termo de Referência a partir do modelo da AGU – Advocacia Geral da União, onde é atualizado conforme o sistema, e se propõe a atender tanto a Lei 8.666 como a 14.133 da Instrução Normativa 73/2020 e 65/2021. Pode ser utilizado também o próprio modelo do usuário, não há limites de termos a seres criados, tendo a possibilidade de baixar os modelos em versão Word, LibreOffice e enviar para um determinado e-mail. Com isso, todos os modelos estão prontos, permitindo a possibilidade de editar as etapas disponibilizadas.

Mentoria

Módulo que disponibiliza agenda de treinamentos do produto, cursos e lives realizados sobre pesquisa de preços para estudo. Através deste módulo, o usuário poderá escolher data e horário para realizar a sua inscrição no treinamento online, são disponibilizados semanalmente permitindo a participação sempre que necessário, na conclusão desta etapa será emitido certificado de participação e habilitação do uso da plataforma. Além disso, o usuário tem acesso ao um banco de vídeos e cursos para capacitação continua com diversos temas atualizados sobre Licitações e compras públicas bem como sobre a pesquisa de preços.

Permite configuração dos IPs autorizados

É possível configurar o acesso a plataforma, se necessário, com a limitação de IPs, garantindo a segurança e sigilo dos dados ali coletados e restringindo acessos externos sem autorização previa.

Permite inclusão de assinatura digital nos relatórios

Identificação digital do responsável pela cotação e facilidade na importação do relatório finalizado para sistemas externos.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200
Telefone: + 55 11 5094-3100

Anexo CERTIDÃO ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS (0296317) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 32

Localização automática de CATMAT/CATSER (Compras Governamentais)

Permite a busca por código de cadastro do Comprasnet, permitindo melhor adequação a especificação técnica e o lançamento dos dados posterior na fase de pregão.

Permite compartilhar cotação com outros usuários

Cotações iniciadas em determinado usuário, podem ser compartilhadas com demais usuários para facilitar e otimizar o término da cotação, aumento da produtividade da equipe e melhor fluxo da demanda do setor. Também pode ser compartilhado com outras instituições.

Histórico de vendas do fornecedor

Permite maior e melhor negociação com o fornecedor durante o certame do pregão ou compra direta bem como o aumento da confiabilidade da proposta ofertada por ele.

Sugestão de preços

Após a seleção do primeiro preço de referência, de forma automática a plataforma sugere outros pregões realizados para a composição da cesta de preços.

Aplicação automática de índice de atualização de preços pesquisados em outros entes públicos

A composição dos custos deve sempre observar o índice de atualização de preços correspondente descartando a desatualização ocasionada pela alta inflação do mercado de modo geral.

Permite cadastrar equipe de atuação

Nas configurações em “aba relatórios”, é possível cadastrar toda a equipe responsável pela pesquisa de preços. Ao gerar o relatório, podem escolher quem participou da pesquisa e os dados de todos os responsáveis estará no início do documento.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

Anexo CERTIDÃO ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS (0296317) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 33

Gestão de contrato

Permite incluir, editar e excluir usuários, redefinir senha, habilitar acesso, consultar período de vigência do contrato e gerar relatório de uso dos usuários para acompanhar a produtividade da equipe.

Permite cadastrar itens recorrentes e categorizar

Agiliza o processo de criação da cotação. Caso o órgão cote itens recorrentes, é possível cadastrá-los (um a um ou importando uma planilha) e organizá-los em categorias, no módulo de "Meus itens". Estando neste módulo se pode selecionar os itens que serão cotados e importar eles em uma cotação em lote previamente criada. Também há a possiblidade de criar a cotação em "Cotação nova" e importar os itens já cadastrados.

Permite incluir código interno do item na cotação

É possível incluir a informação de código no item, via botão “+NOVO” ou pela planilha, para órgãos que possuem códigos internos. Campo não obrigatório.

Permite unir as cotações

Caso tenha feito diversas cotações e deseje juntar elas em apenas um relatório, é só clicar no ícone de unir cotações, escolher quais serão elas, salvar e gerar o relatório.

Integração especificações técnicas, TR, cotação

É possível importar as especificações técnicas para termo de referência e gerar cotações a partir dos mesmos, mantendo os itens com os preços atualizados automaticamente e de forma rastreável.

Lotes na cotação

Sistema possibilita o agrupamento dos itens de cotação em lotes, organizando o processo e possibilitando manter a estrutura da cotação similar a licitação que será aberta.

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200
Telefone: + 55 11 5094-3100

Anexo CERTIDÃO ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS (0296317) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 34

Importação de Itens

Sistema permite a importação de itens a partir de arquivos de Excel que podem ser parametrizados de acordo com a necessidade do usuário.

Gerenciamento de Módulos

Sistema possui gerenciamento de módulos, onde usuário pode habilitar somente as funções que utiliza no sistema.

Cotação via API

Permite acesso a criação de cotação, criação de item e consulta de cotações, itens e preços selecionados via API.

3) que o programa para computador *BANCO DE PREÇOS* está registrado no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob BR512020000345-1 com certificado expedido em 01/02/2022.

VALIDADE DESTA CERTIDÃO 180 (CENTO E OITENTA) DIAS

São Paulo, 27 de janeiro de 2026.

Assinado digitalmente por:
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS
CPF: ***.162.708-**
Certificado emitido por AC A DIGIFORTE RFB
Data: 27/01/2026 15:37:48 -03:00

[#677162708 00#]

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS-DIRETOR JURÍDICO

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- MANOEL ANTONIO DOS SANTOS (CPF ***.162.708-**) em 27/01/2026 15:37 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portal.digiforte.com.br/validate/K89T4-8WJLM-3DLQ4-G4J2Q

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portal.digiforte.com.br/validate

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA **encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:**	**Protocolo:** PRC2600180529
NIRE 41205623178 **CNPJ 07.797.967/0001-95**	**Situação** ATIVA **Status**
Endereço Completo Rua IZABEL A REDENTORA, Nº 2356, EDIF LOEWEN SALA 117, CENTRO - São José dos Pinhais/PR - CEP 83005-010	

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição	Desarquivado
002	20251109232	06/05/2025	CESSÃO DE QUOTAS	NÃO
002	20251109232	06/05/2025	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	NÃO
002	20251109232	06/05/2025	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
213	20238317030	06/12/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20238317242	01/12/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20236318608	21/09/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20236318594	13/09/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20234241063	24/06/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20234240989	23/06/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20232577706	19/04/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20232577862	18/04/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20232577960	18/04/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20230387446	20/02/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20230389848	02/02/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20230454569	02/02/2023	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20227608062	08/12/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20227611101	08/12/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20227610814	07/11/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20225398320	17/08/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20225398311	15/08/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20224988905	26/07/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20223425168	01/06/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20223217433	25/05/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20221360425	09/03/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20221362240	09/03/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20218184778	03/01/2022	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20218184620	13/12/2021	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20216165040	23/09/2021	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20216165954	23/09/2021	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
002	20215752244	16/09/2021	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	NÃO
002	20215752244	16/09/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
002	41901961632	04/08/2021	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE	NÃO
002	20212255495	06/05/2021	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	NÃO
002	20212255495	06/05/2021	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	NÃO
213	20211592013	22/03/2021	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20211591696	18/03/2021	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20210417900	28/01/2021	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20207767319	16/12/2020	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20205391761	17/09/2020	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20203369319	15/07/2020	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20201233568	06/03/2020	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20197492711	16/12/2019	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20196116023	11/10/2019	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20194094707	05/07/2019	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20192696238	26/04/2019	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20190811366	19/02/2019	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
002	20187470618	15/01/2019	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	NÃO
002	20187470618	15/01/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
213	20185871534	23/10/2018	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20183396740	30/07/2018	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20181355388	20/02/2018	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Continuação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA **encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:**

Protocolo: PRC2600180529

213	20175798850	20/11/2017	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20175750114	05/09/2017	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20174482698	24/07/2017	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20172983371	05/05/2017	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20171076362	06/03/2017	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20171076354	06/03/2017	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20161928382	09/05/2016	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
213	20156779072	21/12/2015	CARTA DE EXCLUSIVIDADE	NÃO
002	20153268654	23/06/2015	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	NÃO
002	20153268654	23/06/2015	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
002	20135520703	02/10/2013	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	NÃO
002	20135520703	02/10/2013	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	NÃO
310	20113853734	18/10/2011	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	NÃO
002	20084807881	30/10/2008	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
317	20074977350	19/11/2007	DESENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	NÃO
002	20074635646	19/11/2007	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	NÃO
002	20074635646	19/11/2007	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
302	20054571235	04/01/2006	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA - EMPRESA EM CONSTITUICAO	NÃO
090	41205623178	04/01/2006	CONTRATO	NÃO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 21/01/2026, às 10:44:06 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **XFVLL9VQ**.

PRC2600180529

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 038275268-75

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **07.797.967/0001-95**
Nome: **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/03/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (06/11/2025 09:52:21)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA
CNPJ: 07.797.967/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 21:37:03 do dia 02/10/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/03/2026.
Código de controle da certidão: **918E.B6E7.078D.A060**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.797.967/0001-95
Certidão nº: 80438126/2025
Expedição: 29/12/2025, às 11:16:37
Validade: 27/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.797.967/0001-95**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

***** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO *****
Nº: 7499/2026

IMPORTANTE: 1.RESERVA - SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERIODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

2.A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO, CONFORME DECRETO 4.751 DE 18/04/2022.

3. A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDEREÇO www.sjp.pr.gov.br.

"CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTA DÉBITO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO CONTRIBUINTE COM LOCALIZAÇÃO DESCRITA ABAIXO "

IMPRESSA VIA INTERNET

CONTRIBUINTE: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

CNPJ/ 07.797.967/0001-95 **INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 89419**
CPF:

BAIRRO: CENTRO

ENDEREÇO: RUA IZABEL A REDENTORA, 2356

COMPLEMENTO: EDIF LOEWEN BLOCO: APTO: SALA 117

CIDADE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

SITUAÇÃO: ATIVA

FINALIDADE: DIVERSOS / LICITAÇÃO / LICITAÇÃO MOBILIÁRIO / LICITAÇÃO IMOBILIÁRIO

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 419069896463bc49becbb0391b3e9dbd

ESTA CERTIDÃO PODERÁ SER VALIDADA NO SITE: https://financas.sjp.pr.gov.br

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 26 de janeiro de 2026

A autenticidade da certidão pode ser conferida no site informando o código de verificacão
419069896463bc49becbb0391b3e9dbd

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
07.797.967/0001-95 **MATRIZ**		**04/01/2006**

NOME EMPRESARIAL
NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
NP TECNOLOGIA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
58.11-5-00 - Edição de livros
58.13-1-00 - Edição de revistas
58.21-2-00 - Edição integrada à impressão de livros
58.23-9-00 - Edição integrada à impressão de revistas
58.29-8-00 - Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R IZABEL A REDENTORA	**2356**	**EDIF LOEWEN SALA 117**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.005-010	**CENTRO**	**SAO JOSE DOS PINHAIS**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR	**(41) 3010-3253**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/01/2006**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **02/12/2024** às **09:23:34** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Anexo CNPJ - NP Tecnologia - vc 02.02.2025 (0296342) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 43

CRA-PR
Conselho Regional de Administração do Paraná

Conselho Regional de Administração do Paraná

O **Sistema CFA/CRAs** tem como missão promover a **Ciência da Administração** valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.

Rua Coronel Dulcídio, 1565 – Água Verde – Curitiba/PR CEP: 80.250-100
Telefone: (41) 3311-5555 | cra-pr@cra-pr.org.br

CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO Nº 050/2026

CERTIFICAMOS para todos os fins de direito, que a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA,** CNPJ 07.797.967/0001-95, com endereço à R IZABEL A REDENTORA, Nº 2356 - SALA 117 - CENTRO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR - CEP: 83005-010, está devidamente registrada neste Conselho sob o nº **03315,** concedido em 25/10/2022, tendo como Responsável(is) Técnico(s):

CAROLINE LEAL JUSTEN **32354**

CERTIFICAMOS, ainda que a referida empresa encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade, até o exercício de 2026, estando apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à profissão de Administrador.

Esta certidão é válida até 31/12/2026.

Curitiba, 09 de janeiro de 2026.

Confirme a autenticidade e a regularidade deste documento na página http://cra-pr.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/, mediante número de controle a seguir: **977948a9-fbbd-47c8-bfcd-7b7aac3226d1**

FUNDO REEQ. CORPO DE BOMB. MIL. DE BARRA VELHA

Execução Orçamentária

Nota de Empenho - Assinatura Digital

Codigo Cliente: 13086 Ano da Loa: 2025 Listar Lançamentos: 0 Ano Empenho: 2025 Empenho - Empenho: 172 Subempenho - Empenho: 0

Nota de Empenho

Credor: **7927185 - NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**

Endereço:	RUA ISABEL A. REDENTORA - 2.356 Edif. Loewen Sala 117	CPF/CNPJ:	07.797.967/0001-95
Cidade:	São José dos Pinhais, PR	Telefone:	(94) 10301-0325

Número: **172/2025**

Espécie: Global

Data Emissão: 03/12/2025

Ordem Compra: 175 - 000/2025

Referência:	301	
Órgão:	22	Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM
Unidade:	001	Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM
Funcional:	0006.0182.0011	MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Ação:	2068	Manutenção Atividades FUMREBOM
Elemento:	3339000000000000	Aplicações diretas
Subelemento:	3339040070000000	Comunicação de dados
Vínculo:	**175970000001**	**Recursos Ordinários - Entidades**

Dotação Inicial:	700.000,00	Empenhado Anter.:	633.719,66
Suplementado:	110.000,00	Valor deste Empenho:	17.375,00
Anulado (-):	100.000,00	Total (B):	651.094,66
Total (A):	710.000,00	Saldo (A - B):	58.905,34

Processo Licitação:	1/2025	Data do Processo:	14/11/2025
Modalidade:	Inexigibilidade	Número do Contrato:	010 / 2025
Número do Processo:	6	Contrato Aditivo:	

Autorizamos o fornecimento dos materiais/serviços obedecidas as condições e especificações constantes desta Nota de Empenho. Devidamente autorizada pela seguinte ordem de compra.

Ordem de Compra: **175 - 000/2025**

Valor deste Empenho: **17.375,00**

Histórico

Contratação de Licença de Acesso Anual (12 meses) ao software de pesquisa e gestão de preços "Banco de Preços", na Versão Plus + Painel de Negociações, para suprir as necessidades da 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Barra Velha/SC.
Contrato nº 010/2025

Fica empenhada a importância de: R$ 17.375,00

[DEZESSETE MIL E TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/12/2025 16:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p07489b0ca2763

Assinado eletronicamente por: JULIANA SIEDSCHLAG 103.288.819-96 03/12/2025 16:06:40
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Assinado eletronicamente por: JANETE MARIA BERNARDO:79867260910 798.672.609-10 03/12/2025 17:52:28

Assinado eletronicamente por: RAFAEL MANOEL JOSE 030.824.429-00 04/12/2025 10:49:42
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

NEGÓCIOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO

A empresa **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº 07.797.967/0001-95 com sede na Rua Izabel A Redentora, 2356, Edif Loewen - Sala 117, Centro – São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.005-010, por intermédio de seu representante legal o Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, portador da Carteira de Identidade n.º 4.086.763-5, SSP-RS, e do CPF n.º 574.460.249-68, **DECLARA,** nos termos da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, que: não possuo parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até 3º grau (*), e/ou não sou cônjuge ou companheiro (a), de servidor da Administração Direta ou indireta deste Município, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança e que exerce suas funções na área responsável pela presente demanda ou contratação.

(*) Observações: Parentes em linha reta: pais, avós, bisavós, filho (a), neto (a) e bisneto (a); Parentes em linha colateral: irmão (a), tio (a), sobrinho (a);

Parentes por afinidade: genro, nora, sogro (a), enteado (a), madrasta, padrasto, cunhado (a), neto (a) do cônjuge, bisneto (a) do cônjuge e sobrinho (a) do cônjuge.

Autoridade nomeante: Prefeito/superior de Entidade da Administração indireta.

São José dos Pinhais, 19 de janeiro de 2026.

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968
Assinado de forma digital por RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968
Dados: 2026.01.19 12:51:52 -03'00'

Rudimar Barbosa dos Reis
Presidente do Grupo
Negócios Públicos

Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767
falecom@negociospublicos.com.br

R. Dr. Brasílio Vicente de Castro, 111
Campo Comprido, Curitiba – PR
negociospublicos.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

OFICIO DISTRIBUIDOR
Rua Joao Angelo Cordeiro - Edificio do Forum - Centro
SAO JOSE DOS PINHAIS/PR - 83005-570

T I T U L A R
SIMONE PEREIRA LAGE (DESIGNADA)
J U R A M E N T A D O S
CLAUDIO HANUSIAK SETIM
KELLEN CRISTINA BUSCHMANN

Certidão Negativa

FALÊNCIA E CONCORDATA

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de Pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (somente nos casos em que a homologação tenha sido trazida à juízo), nos termos da Lei 11.101/2005 sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento, tendo como parte:

NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA

Documento..... CNPJ 07.797.967/0001-95
Sede..... Rua IZABEL A REDENTORA, 2356(EDIFICIO LOEWWN SALA 117), CENTRO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR, CEP 83005010

no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

Certificação

SAO JOSE DOS PINHAIS/PR, 19 de Janeiro de 2026

SIMONE PEREIRA LAGE (DESIGNADA)



Assinado de forma digital por SIMONE PEREIRA LAGE:73794015991
Dados: 2026.01.20 13:30:58 -03'00'

Resolução 213/2018 - competência para processar e julgar passa a ser do Foro Central De Curitiba/PR.
OC74/2024-orienta a expedição desta certidão também pela Vara Empresarial Regionalizada Curitiba/P

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.797.967/0001-95

Razão Social: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA

Endereço: R IZABEL A REDENTORA 2356 EDIF LOEWEN / CENTRO / SAO JOSE DOS PINHAIS / PR / 83005-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/01/2026 a 25/02/2026

Certificação Número: 2026012707241420995443

Informação obtida em 02/02/2026 14:52:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

NEGÓCIOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO

A empresa **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº 07.797.967/0001-95 com sede na Rua Izabel A Redentora, 2356, Edif Loewen - Sala 117, Centro – São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.005-010, por intermédio de seu representante legal o Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, portador da Carteira de Identidade n.º 4.086.763-5, SSP-RS, e do CPF n.º 574.460.249-68, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados.

São José dos Pinhais, 19 de janeiro de 2026.

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968

Assinado de forma digital por RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968
Dados: 2026.01.19 12:52:31 -03'00'

_____

Rudimar Barbosa dos Reis
Presidente do Grupo
Negócios Públicos

Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767

falecom@negociospublicos.com.br

R. Dr. Brasílio Vicente de Castro, 111
Campo Comprido, Curitiba – PR

negociospublicos.com.br

NEGÓCIOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO

A empresa **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº 07.797.967/0001-95 com sede na Rua Izabel A Redentora, 2356, Edif Loewen - Sala 117, Centro – São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.005-010, por intermédio de seu representante legal o Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, portador da Carteira de Identidade n.º 4.086.763-5, SSP-RS, e do CPF n.º 574.460.249-68, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com, a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica e técnica de regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

São José dos Pinhais, 19 de janeiro de 2026.

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968

Assinado de forma digital por RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968
Dados: 2026.01.19 12:53:45 -03'00'

Rudimar Barbosa dos Reis
Presidente do Grupo
Negócios Públicos

Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767

falecom@negociospublicos.com.br

R. Dr. Brasílio Vicente de Castro, 111
Campo Comprido, Curitiba – PR

negociospublicos.com.br

BANCO DE PREÇOS

PROPOSTA

VERSÃO PLUS / RENOVA 2026

Curitiba - 9 de Fevereiro de 2026

JUCILENE VESGUERBER
Consultor(a) Comercial

A/C:DIEGO ABREU MENDONÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Proposta nº 5.976/2.026

Válida até 10 de Abril de 2026

O QUE É O BANCO DE PREÇOS?

O **Banco de Preços** é uma ferramenta criada pelo Grupo Negócios Públicos há **mais de 12 anos,** em decorrência das dificuldades do setor público em obter resultados sólidos e confiáveis em suas pesquisas de preços, não apenas para proporcionar contratações mais econômicas, mas também para gerar respaldo jurídico aos agentes envolvidos no processo tendo em vista o risco de questionamentos por parte de órgãos de controle.

EM QUAIS ETAPAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA O BANCO DE PREÇOS PODE SER UTILIZADO?

- Pesquisa de preços.
- Especificação de objetos.
- Elaboração do Termo de Referência.
- Análise e julgamento de propostas.
- Justificativa de licitações exclusivas ME/EPP.
- Negociação de preços.
- Comprovação de vantajosidade para prorrogação de contratos.
- Revisões de preços.
- Gestão e fiscalização de contratos - Manutenção de economicidade.
- Verificação de inidoneidade de fornecedores.
- Justificativa de preços.

POR QUE O BANCO DE PREÇOS É UTILIZADO POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EM TODO O PAÍS?

Por que o **seu uso representa a realidade dos preços e por atender aos princípios constitucionais da economicidade e da moralidade, bem como a legislação** Lei 14.133/21, Lei 8.666/93, IN 73/2020, IN 65/21, Normativos do Sistema S, Estatais entre outros Decretos e Acórdãos do TCU.

Além de possuírmos **A MAIOR BASE DE PREÇOS PÚBLICOS DO BRASIL** com mais de **326 milhões de preços para consulta em mais de 2.754 fontes**, possibilitando assim a formação de uma **CESTA DE PREÇOS**, utilizadando fontes diversificadas de pesquisa, para uma maior segurança aos valores a serem adjudicados, conforme **Acórdão nº 1875/21-Plenário - Tribunal De Contas Da União**

BANCO DE PREÇOS®

PROPOSTA
VERSÃO PLUS / RENOVA 2026

FUNCIONALIDADES

ATUALIZAÇÃO DIÁRIA

Base de Dados

Preços do **Compras Governamentais**	✓
Preços de **outros entes públicos**	1222 fontes
Preços de **sites de domínio amplo**	1500 sites
Cotação **direta com fornecedores cadastrados na base**	✓
Preços Notas Fiscais *Previsto na nova lei de licitações 14.133/2021*	26 fontes
Tabela Sinapi / CEASA / CONAB / CMED	✓
Tabela SICRO (Sistema de Custos Referenciais de OBRAS)	✓
Tabela SETOP (Sec. de Estado de Transp. e Obras de MG)	✓
Tabela SEINFRA (Sec. de Infraestrutura Urbana)	✓
Banco de Preços da Sáude	✓
Preços para compor a **planilha de terceirização**	✓
Preços de lances iniciais e finais dos fornecedores	✓
Histórico de preços de licitações vencidas por fornecedor	✓
Resultado de Dispensa e Inexigibilidade	✓
Histórico de preços dos últimos 10 anos	✓

Recursos Adicionais

Fórmulas de cálculo	28 opções
Aplicação automática de índice de atualização de preços pesquisados em outros entes públicos	✓
Cotação com vários itens - lote	✓
Cálculo automático do valor unitário x quantidade	✓
Detalhamento de propostas e lances do Pregão	✓
Seleção de preços manualmente	✓
Histórico de vendas do fornecedor	✓
Todas as pesquisas realizadas ficam salvas	✓
Sugestão de preços	✓
Motor de busca inteligente	✓
Importação de Planilhas com diversos itens	✓
Mapa estratégico de compras	✓
Declaração de competitividade da LC 123-ME/EPP	✓
Banco de Penalidades	✓
Consulta ARP e IRP - Registro de Preços	✓
Certidões	✓
Analise da cotação - Check List	✓
Alertas que a pesquisa não está seguindo a IN73/2020 e IN65/2021	✓
Acesso a criação de cotação, criação de item e consulta de cotações, itens e preços selecionados via API	✓
Mapa de Risco/ Edital	✓
Estudo Técnico Preliminar	✓

Seleção / Filtros

Pesquisa textual/detalhamento do objeto	✓
Filtro por CATMAT / CATSER	✓
Filtro Setorial	✓
Filtro por Cidade	✓
Filtro por Região	✓
Filtro por Marca	✓
Filtro nº Pregão / Itens sustentáveis / Atas de registro de preços	✓
Filtro Fornecedores por PORTE	✓
Filtro empresas ME/EPP	✓
Filtro avançado por palavra chave e preço	✓
Filtro por unidades de fornecimento	✓
Pesquisa por UASG / Âmbito / Modalidade / Modelo	✓
Filtro por quantidade de fornecedores	✓
Filtro por licitações homologadas	✓
Filtro avançado pelo nome do órgão	✓
Apresentação de textos em caixa alta	✓

Relatórios

Relatórios com dados comerciais do fornecedor	✓
Relatórios com UF de origem da pesquisa	✓
Relatórios personalizados e API de integração	✓
Relatórios de mapa comparativo	✓
Relatórios com gráficos estatísticos	✓
Relatórios com Print Screen da ata do ComprasNet	✓
Relatórios com a logotipo da instituição	✓
Relatórios com a data de início e término da pesquisa	✓
Relatórios com o link direto para a ata da licitação	✓
Relatórios com assinatura digital e QR code	✓
Relatórios Curva ABC	✓
Relatórios com a justificativa do método matemático aplicado - Em atendimento a in 73/2020 e 65/2021	✓

Capacitação

Treinamento ilimitado do produto com certificado	✓
Suporte imediato á dúvidas	✓
Lives para capacitação e atualização gratuitas	✓
Módulo de Mentoria - Treinamentos / Videos / Manuais para capacitação contínua	✓

Fase Interna - Ferramentas Auxiliares

Sistema de elaboração da especificação do objeto -INTERATIVO ✓

Sistema de elaboração do termo de referência -INTERATIVO (Modelo próprio da instituição) — Múltiplos Modelos

Segurança

Permite Configurar apenas acesso aos IP's autorizados ✓

LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO DO BANCO DE PREÇOS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO?

O Banco de Preços é uma ferramenta cujo conjunto de características contribui para melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos processos de contratação pública, atrelando-se claramente aos objetivos da boa governança.

Tais características podem ser compreendidas como especificações necessárias ao objeto que será contratado pelo órgão ou entidade, pois que não se relacionam a detalhes irrelevantes, mas a recursos que podem ser decisivos para uma adequada atuação administrativa e um processo de contratação isento de falhas.

A propósito do assunto, destaca-se a abordagem de Joel Menezes Niebuhr sobre a contratação de fornecedor exclusivo, tendo como ponto de partida a descrição do objeto que atende ao interesse público:

"**Tudo gira em torno da delimitação do interesse público, que é discricionária**. Contudo, para tanto, durante a descrição do objeto, o agente administrativo, a priori, não deve se preocupar com miudezas, com características que não sejam relevantes para o interesse público. Em sentido oposto, antes de tudo, ele deve atentar para a utilidade pretendida com o contrato, a função a ser cumprida pelo objeto a ser contratado. (...) Sob essa perspectiva, **todas as especificações que se fizerem necessárias serão lícitas, mesmo que restrinjam o objeto a tal ponto de inviabilizar a competitividade e de justificar a inexigibilidade.**" (Sem grifos no original.)

Assim, é possível e lícito que o objeto do interesse da Administração contratante recaia no **conjunto de recursos** oferecidos pelo Banco de Preços, justificando a contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundada no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93 ou no art. 74 inciso I da Lei nº 14.133/21.

1. INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

PRODUTO	QUANTIDADE	USUÁRIOS	VALOR DO PLANO	IMPLANTAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL
LICENÇA BANCO DE PREÇOS	3 LICENÇA(S)	3	R$ 38.250,00	R$ 0,00	R$ 38.250,00

Resguardado direito ao reajuste na prorrogação de contrato.
*LICENÇA: número de acessos simultâneos ao sistema.
*USUÁRIO: são os perfis de acesso não simultâneos.

Observação:

Diagnóstico inicial:
Levantamento das necessidades do órgão e análise do cenário atual para definição da melhor estratégia de uso da solução.

Onboarding da equipe:
Configuração inicial da ferramenta e orientação aos usuários para início rápido e organizado.

Treinamento prático:
Capacitação ilimitada para todos os usuários, com certificado de participação, estruturada em módulos de fácil acesso para se inscrever.

Acompanhamento por especialista:
Apoio consultivo durante toda vigência de contrato para garantir aproveitamento pleno da solução.

Suporte dedicado via WhatsApp:
Suporte ilimitado realizado via WhatsApp, chat online, telefone.

Suporte técnico inicial:
Atendimento técnico para resolução de eventuais ajustes ou dificuldades no início da operação.

2. COMO JUSTIFICAR O PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO INEXIGÍVEL?

• Segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas, a justificativa do preço em contratações diretas no caso de inexigibilidade de licitação deve ser realizada, preferencialmente, mediante a comparação com os preços praticados pelo próprio fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas.

3. O QUE A CONTRATAÇÃO CONTEMPLA?

• Licença de uso ao Banco de Preços.
• Treinamento ilimitado para todos os usuários - com certificado.
• Suporte ilimitado realizado via WhatsApp, chat online, telefone, e-mail e videoconferência de Segunda a quinta-feira: das 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h30 e Sexta-feira: das 8h30 às 12h e das 13h30 às 16h30 (Horário de Brasília) durante a vigência do contrato.
• Equipe de TI sempre acessível para receber sugestões de melhoria.
• Acesso gratuito para as lives e eventos promovidos pelo Banco de Preços.

4. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12,00 meses a partir da liberação da senha.

5. FUNDAMENTO LEGAL PARA CONTRATAÇÃO:

Dispensa de licitação:

• Art. 24, inc. II da **Lei 8.666/93** hipótese de licitação dispensável com base no valor inferior a 10% dos limites manifestos na alínea “a”, do inc. II, do art. 23 da Lei de Licitações.

• Art. 75, inc. II da **Lei 14.133/21** permite a contratação direta quando o objeto é de baixo valor e não se justifica a realização do certame.

Inexigibilidade:

- Art. 29, inc. II da **Lei 13.303/2016**(Lei das Estatais) - para outros serviços e compras de valor até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- Art. 25, inc. I da **Lei 8.666/93 inexigibilidade** de licitação genérica, fundada nas especificações diferenciadas do objeto visado.
- Art. 74, inc. I da **Lei 14.133/21** permite a contratação por exclusividade autorizada da hipótese de inexigibilidade licitatória.
- Art. 30, inc. I da **Lei 13.303/2019** (Lei das Estatais) - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos p
- Instrução Normativa Nº 73 de 20 de abril de 2020, os preços constantes no Banco de Preços atendem a todos os Inc.da referida IN. IV
- Acordão 1445/15 TCU/Plenário.

Contratos de Serviços e Fornecimentos Contínuos:

- Conforme previsão do art. 106 c/c art. 6º, XV, da **Lei nº 14.133/21**, com interpretação específica dada pelo enunciado nº 14 da Justiça Federal, os contratos cujo objeto é a contratação de serviços e fornecimentos contínuos, como é o caso do Banco de Preços, poderão ser firmados pelo prazo direto de 05 anos, admitida a prorrogação até o prazo máximo de 10 anos.

6. PRINCIPAIS BASES LEGAIS PARA USO DO BANCO DE PREÇOS:

- Lei 8.666/93 art. 15 e art. 43
- Lei 14.133/21 art. 23
- Instrução Normativa 73/20
- Instrução Normativa 65/21

7. FUNCIONALIDADES PARA EXECUÇÃO DE PESQUISA:

- Acesso via Internet no site www.bancodeprecos.com.br
- Acesso somente autenticado login/senha.
- Não é possível fazer login simultâneo.
- Login/senha de uso exclusivo não podendo ser compartilhado com outras entidades públicas/privadas ou diferentes IP's.

8. EFETIVAÇÃO DA COMPRA E INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO:

- Para efetivar a contratação, é necessário o órgão emitir nota de empenho a favor da NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº.07.797.967/0001 95, IE 90547068 01, estabelecida à Rua Izabel a Redentora, 2356, Centro, Cidade de São Jose dos Pinhais, Estado do Paraná.
- As condições apresentadas nesta proposta são válidas para pagamento em parcela única até 30 dias após a emissão da nota fiscal, devendo o respectivo pagamento ser efetuado na seguinte conta:

Banco do Brasil
Agência: 1622-5 Conta: 464-2

MÉTODO DE TRABALHO

A utilização do serviço é exclusiva e restrita ao número de inscrição CNPJ do cliente, sendo proibida a divulgação das senhas de acesso a outros Órgãos/Entidades/Instituições e usuários não cadastrados.

Entende-se por licença, o acesso ao sistema por pessoa física, associado à instituição contratante com o intuito exclusivo de geração de cotação de preços de produtos e serviços dentro da plataforma, utilizando os recursos oferecidos no site Banco de Preços. A automação de extração de informações, como robôs, não é permitida, visto que impacta na performance dos demais usuários.

O Banco de Preços apresenta em alguns casos, links para acesso à ATAS, Termo de Referência, Edital e outros documentos, onde o armazenamento ocorre por conta do provedor original da informação. Nesse caso, o Banco de Preços não se responsabiliza pelos serviços de terceiros que tenham o link original quebrado, ou que esteja fora do ar no momento da consulta.

Administrador das senhas de acesso:

O responsável pela assinatura/contrato será cadastrado como Supervisor e terá a prerrogativa e a responsabilidade do cadastramento/alteração dos outros usuários cadastrados. O usuário Supervisor só poderá ser alterado pela Negócios Públicos, após solicitação formal do cliente assinante (por seu gestor responsável). Cada um dos usuários e o Supervisor utilizarão login de acesso e senha distintos.

O cadastro do Supervisor será realizado pela Negócios Públicos mediante informação/indicação do cliente (por sua autoridade responsável). Esta notificação poderá ser realizada por meio eletrônico (e mail).

O Supervisor cadastrará cada um dos usuários, respeitando a quantidade máxima de usuários contratados e habilitará a utilização de cada um no módulo de “gestão do contrato”. A gestão do cadastramento dos usuários, senhas e ocasionais alterações será atribuição do Supervisor e acompanhada pela Contratada.

Quantidade de usuários por assinatura:

A quantidade de usuários será definida de acordo com a Proposta Comercial. O acesso não será simultâneo aos usuários cadastrados conforme o formato/plano contratado.

Requisito mínimo para acesso:

O Banco de Preços tem disponibilidade de acesso utilizando os navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Ópera, Safari, Edge e Internet Explorer. O Internet Explorer deverá ter versão mínima IE 9 (nove) ou superior.

O acesso está disponível nas plataformas: Windows, Mac, Linux, IOS e Android. Podendo ser acessado por meio de computador, tablet e Smartphone.

Configuração de Servidor Proxy (Proxy Server):

De acordo com a infraestrutura técnica de cada cliente, informações adicionais de configuração de proxy e cookies podem ser solicitadas a Negócios Públicos.

É de responsabilidade do cliente a liberação/desbloqueio de eventuais restrições de acesso ao Banco de Preços junto aos responsáveis técnicos de TI/Informática do cliente.

Despacho nº 796/2026 - GPGJ/DG

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INTERESSADO: COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAD

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do Memorando nº 20/2026 - GPGJ/DG/CAD, por meio do qual a Coordenadoria de Administração (CAD) solicita a adoção dos procedimentos necessários para contratação da empresa NP Tecnologia e Gestão de Dados LTDA, por inexigibilidade de licitação, visando à aquisição de 03 (três) senhas de acesso à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, no valor total de R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).

Ante o exposto, encaminhem-se os autos à Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF) para instrução processual junto às unidades administrativas competentes.

PAULO GONÇALVES ARRAIS
Diretor-Geral
PGJ/MA

Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS**, **Diretor Geral**, em 02/03/2026, às 13:28, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0318758** e o código CRC **50A58961**.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR n° 02/2026 – Banco de Preço.

1. OBJETO

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar – ETP que serve essencialmente para assegurar a viabilidade da contratação e embasar o Termo de Referência, bem como tratar sobre os estudos iniciais realizados para realização da Inexigibilidade de Licitação.

Assim, constitui aquisição prevista para ser realizada por meio Inegibilidade de Licitação, para contratação direta **(Sistema de Banco de Preços)** cujos quantitativos, especificações mínimas dos materiais e demais condições estão descritas no presente instrumento, bem como no Termo de Referência.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes prevista no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Entendemos, portanto, que a aquisição do material nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades do MPMA no que tange às exigências.

Ademais, a contratação do referido material deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

3. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

A aquisição do item em questão (banco de Preço), visa suprir as necessidades do setor de compras, desta coordenadoria de Administração e da Assessoria Técnica da PGJ, visto a utilização do sistema para levantamento de preços mediante domínio amplo, cotações de licitações do setor público, dentre outras ferramentas exclusivas e de extrema necessidade para este setor.

4. INFORMAR SE A DEMANDA ESTÁ INCLUÍDA NO PLANEJAMENTO DA ISTITUIÇÃO

Por se tratar de aquisição necessária ao desenvolvimento de atividades visando a melhoria dos procedimentos internos desta instituição, considera-se a presente requisição de pleno Ato Regulamentar n° 22/2020 que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, no que disciplina seu art. 66, inciso I, alínea a), "Compete à Coordenadoria de Administração coordenar e acompanhar as atividades de aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais de consumo". Por fim, ressalta-se a aquisição encontra resguardo no Plano de Contratação Anual, conforme DFD anexo.

5. LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES QUE ATENDAM À DEMANDA

Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada pela Equipe de Planejamento da Contratação é a realização de procedimento de Inexigibilidade, com fulcro no Art. 74, da lei nº 14.133/21 (sistema de Banco de Preços) de acordo com especificações comuns de mercado capazes de atender aos requisitos de negócio.

Neste sentido, optou-se pela contratação via processo de Inexigibilidade a licitação, em virtude de visarmos uma melhor gestão financeira, uma melhor gestão admnistratíva, uma melhor gestão orçamentária e celeridade na contratação. Acredita-se, ainda, que este modelo, torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos, além de se reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

6. QUANTIDADE ESTIMADA

6.1. O quantatitaívo foi levantado mediante proposta NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA (responsável pelo Banco de Preço).

6.2. Cabe esclarecer que as senhas serão para uso da Coordenadoria de Administração, da Seção de Compras e da Assessoria Técnica da PGJ.

6.3. Após pesquisa dos preços praticados no mercado, foram obtidos os seguintes valores estimados:

Item	Descrição	UND.	QUANT.	Valor Unitário
01	Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública. (Sistema de busca e consolidação de informações de Licitações e Pregões Eletrônicos).	Serviço	03	R$ 12.750,00
Valor Total (Anual)				R$ 38.250,00

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Foram realizadas análises críticas dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferiçao do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados. Desse modo, constatou-se o valor total estimado de: **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**

Por fim, ressalta-se que em relação aos preços constantes no presente instrumento, bem como no Termo de Referência, esclarcemos que cotamos mediante propostas. Ademais, frisamos que os preços estão compatíveis com os praticados no mercado, seguindo recomendação do **ATO REGULAMENTAR Nº 13/2020-GPGJ, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Em virtude da natureza o item a ser adquirido, não há razões para que ocorra o parcelamento.

9. CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com oobjeto da compra /contratação pretendida para essa finalidade, especificamente.

10. RESULTADOS ESPERADOS

O item adquirido será aplicado de forma a sanar a necessidade de levantamento de preços proveniente de licitações, bem como do mercado em geral, os quais são imprescindíveis para o exercício das atribuições institucionais de membros e servidores lotados na Procuradoria-Geral de Justiça, do setor de compras desta Coordenadoria de Administração.

Dessa forma, pretende-se com o processo de inexigibilidade, obter um mecanismo ágil, econômico e seguro pararealização de aquisição dos materiais descrito no presente Estudo Técnico Preliminar.

Assim, a contratação pretendida trará benefícios diretos afim de suprir os agentes públicos de recursos necessários que promovem as melhores condições ao desempenho de suas funções.

Em resumo, a solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

ITEM	DOS RESULTADOS PRETENDIDOS
1	Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
2	Garantir o fornecimento de materiais de qualidade, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
3	Integração e harmonia no fornecimento e entrega dos materiais;
4	Manter a continuidade dos produtos em estoque;
5	Atender as unidades administrativas quanto às suas necessidades;
6	Fazer o ressuprimento dos produtos em tempo suficiente e sem atropelos.

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

11.1. Justificativa da Viabilidade:

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Preliminar da Contratação e demais informações, a equipe de planejamento da contratação manifesta-se no sentido de considerar viável, tanto nos aspectos técnicos quanto econômicos, a realização da aquisição pretendida, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Maranhão – MPMA.

12. RESPONSÁVEIS

ROSEANE BRANDAO PANTOJA:1064377
Assinado de forma digital por ROSEANE BRANDAO PANTOJA:1064377
Dados: 2026.03.05 09:14:32 -03'00'

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadora de Administração

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Assinado de forma digital por HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Dados: 2026.03.05 10:09:24 -03'00'

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA
Chefe da Seção de Compras em Exercício

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

1.1 contratação de empresa especializada no fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas, denominada Banco de Preços.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Esclarecemos que a presente solicitação visa à superação das dificuldades enfrentadas pelas unidades que compõe a estrutura administrativa do Ministério Público do Maranhão, na obtenção de orçamentos que sirvam de parâmetro para o cálculo do preço médio de mercado, de modo a possibilitar a confecção dos Projetos Básicos e Termos de Referências que servirão de base para a realização de processos licitatórios, haja vista que a maioria das empresas consultadas não se dispõem a suspender suas atividades ordinárias, deixando de auferir lucro, tão somente para auxiliar a Administração Pública, sem qualquer contrapartida financeira.

2.2. A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à Administração Pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição. Portanto, é necessário que tenhamos acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação e aquisição.

2.3 A disponibilização de um banco de dados com preços praticados por toda a Administração Pública, facilitará significativamente as atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias da instituição ministerial, além do que contribuirá para que os preços a serem incluídos nos futuros Projetos Básicos e Termos de Referências, sejam o mais fidedignos possíveis, diminuindo sensivelmente as hipóteses de valores superestimados, que implicam em desvantagem para a Administração, ou ainda, de valores aquém dos praticados no mercado, que restringem a competição e podem vir a conduzir à inexecução do contrato.

2.4 A contratação do serviço ora solicitado, conferirá agilidade à deflagração, instrução e conclusão dos procedimentos administrativos relacionados à aquisição de bens e serviços em tramitação no âmbito do Ministério Público do Maranhão, possibilitando a entrega, no menor espaço de tempo possível, dos produtos finais de atribuição de cada uma das Coordenadorias que compõe a estrutura administrativa de nossa instituição.

2.5 Como a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.**, é a única que possui licença para prestação dos serviços objetos do presente termo de referência, torna-se inviabilizada a ampla competição, razão pela qual necessária se faz a contratação mediante **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, I, da Lei nº 14.133/21.

2.6. A pesquisa de preços é um procedimento de fundamental importância para a prática das contratações e licitações no âmbito da Administração Pública, em especial, por ser o instrumento capaz de garantir ao poder público a prévia estimativa de seus gastos, bem como, o acompanhamento adequado de sua execução orçamentário financeira. Por conta dessa peculiaridade, a pesquisa de preço torna-se uma exigência legal e formal, que deve ser cumprida pelos órgãos públicos, antes de celebrarem qualquer tipo de contratação, decorrente de procedimentos licitatórios e/ou contratações diretas, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/21 (Lei de licitações e Contatos), e em decisões emitidas pelo Tribunal de Contas da União.
Nesta lógica, por ser a pesquisa de preço um instrumento necessário a satisfazer os gastos públicos, e que tem exigência legal para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1. Serviço com acesso via internet por meio de site próprio, com sistema de busca de preços e consolidação de informações de licitações, praticados no âmbito das administrações públicas;
3.2. Acesso ao serviço autentico por meio de login/senha específicos;
3.3. O sistema de acesso deve ser compatível com sistema operacional WINDOWS a ser operacionalizado em ambiente Web, com emissão de relatórios;
3.3.1. O Sistema deverá apresentar informações de licitações válidas, de pregões eletrônicos, apresentação de planilhas ou instrumento similar que informe as variações observadas de acordo com pesquisa baseada, principalmente, no sistema compras governamentais ou outros Oficiais;
3.3.2. Disponibilidade de acesso em 24 horas por dia e 07 dias por semana, independente de dia útil ou feriado;
3.3.3. Disponibilizar acesso aos serviços de consultoria de Preços, com sistema inteligente de pesquisas, baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas pela Administração Pública, para facilitar o processo de cotação de preços no mercado;
3.3.4. Disponibilizar informações atualizadas relativas a valores de referência, Atas de Registro de Preços e consulta facilitada a informações concernentes à elaboração de Editais.
3.3.5. O sistema deverá fornecer acesso de busca por palavra chave, com diversos mecanismos de filtragem das informações disponibilizadas, tipo por: palavra-chave, período, marca, UASG, UF, dentre outros possíveis;

3.3.6. Os preços a serem pesquisados deverão ser fornecidos e acessíveis pelas plataformas de interface dos mais diversos bancos de dados, entre os quais podemos citar: Comprasnet; licitações-e (banco do Brasil); BEC-SP, dentre outros;
3.3.7. O preço a ser disponibilizado, via sistema, deverá ter sua referência original com link que redirecione para a publicação oficial ou cópia da publicação, com acesso e salvamento em arquivo tipo PDF;
3.3.8. O sistema deverá oferecer seleção de preço para comparativo e emissão de relatório de extratos dos preços pesquisados, possibilitando a consulta de preço com período de até 2 anos de publicação;
3.3.9. O sistema deverá ser atualizado diariamente, com consulta a preços adjudicados e ARP em vigência, contendo dados mais fidedignos possíveis;
3.3.10. O sistema deverá oferecer opção de cotação direta com o fornecedor, possibilitando o acesso ao histórico e cadastro comerciai dos fornecedores;
3.3.11. O sistema deverá possibilitar a pesquisa sistêmica, atendendo ao que dispõe a IN 73/20 da SLTI/MPOG e IN 65/21 da SLTI/MPOG;
3.3.12. O Sistema deverá permitir a busca de preços por itens que atendam e estejam com consonância com os critérios de sustentabilidade.
3.3.13. Atender, com técnico disponível para dirimir dúvidas acerca da acessibilidade do sistema, assim como, demonstrar de forma mais rápida as opções e níveis de consulta apresentadas no sistema.

4. COMPROVAÇÃO DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Banco de Preços	Painel de Preços
Fontes da pesquisa: Compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG - Comprasnet - Bolsa Eletrônica de Compras (governo do estado de São Paulo) - Licitações-e (Banco do Brasil) - BPS (Ministério da Saúde) - Tabela Sinapi - Pesquisas de sites de domínio amplo - Cotação direta com fornecedores.	Fontes da pesquisa: - Compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG - Comprasnet.

ais de 20 opções de fórmulas de cálculo para estimativa do preços.	Informação indisponível para comparação.
Amplas possibilidades na modulação do relatório.	Emite 2 tipos de relatório, o completo e o resumido.
Diversos filtros para refinamento da pesquisa.	Poucos filtros para refinamento da pesquisa
Opção de relatório personalizado para cotação de serviço de terceirização.	Não oferece.
Opção para visualização de todos os preços válidos da licitação.	Não oferece.
Opções de visualização por participantes, vencedores e micro empresas.	Não oferece.
Perfil completo de fornecedores, incluindo dados de contato.	Não oferece.
Visualização do gerenciamento da ata de SRP.	Não oferece.
Mapa de fornecedores.	Não oferece.
Relatório de competitividade – Decreto n. 8.538/15.	Não oferece.
Sistema de elaboração do Termo de Referência.	Não oferece.
Atualização diária.	Informação indisponível para comparação.
Ferramenta estável com assistência técnica de fácil contato.	Ferramenta instável que ainda conta com muitas Inconsistências no funcionamento.

4.1. Dentre todas as funcionalidades listadas, certamente úteis durante a pesquisa de mercado, há aquelas que atualmente se mostram indispensáveis às atividades desta Pasta e não são fornecidas pelo Painel de Preços. Estas se tratam da possibilidade de emitir relatório de competitividade para atender as determinações do Decreto n. 8.538/15 (restrição da competitividade da licitação para participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas), o perfil e mapa de fornecedores. No primeiro caso, o Banco de Preços capta as informações dos licitantes, filtra os que se enquadram nos requisitos legais e emite um relatório capaz de ser direcionado por região do país se for o caso. Já com o mapa de fornecedores, é possível pesquisar facilmente quais empresas já forneceram determinado objeto, informando os dados para contato, também de forma regionalizada se for necessário. Como já relatado, o Painel de Preços e a Cotação Zênite não apresentam tais funcionalidades, somente o Banco de Preços as oferece.

4.2. Ademais, cumpre também esclarecer que os relatórios do Banco de Preços e Painel de Preços, apesar de ambos serem alimentados pelo banco de dados de Compras Governamentais, apresentam resultados distintos durante a pesquisa mesmo com parâmetros semelhantes. No Painel de Preços, o relatório emitido tem por base a data da aquisição. Dessa forma, o relatório apresentará pregões mais antigos, contudo, com aquisições realizadas dentro do lapso temporal refinado. O Banco de Preços, por seu turno, analisa a data da realização do certamente, independentemente do dia da efetivação da compra. Ou seja, as pesquisas podem apresentar resultados diferentes pelos mesmos parâmetros, o que tornam seus relatórios complementares.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DAS SENHAS DE ACESSO:

5.1 O prazo de vigência do contrato será de **1 (um) ano**, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PCNP.
5.2 As senhas de acesso ao sistema de banco de preços deverá ser enviada pelos Correios, com aviso de recebimento, endereçado à **Coordenadoria de Administração**, situada à **Av. Professor Carlos cunha, s/nº, Calhau, São Luís/MA**, e, paralelamente, para o e-mail *cad@mpma.mp.br*, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, contados do **recebimento da Nota de Empenho** pela **CONTRATADA**, ocasião em que a senhas de acessos consideram-se definitivamente recebidas.

6. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO E ESTIMATIVA DE CUSTO E QUANTITATIVOS

6.1. Cabe esclarecer que as senhas serão para uso da Coordenadoria de Administração e da Seção de Compras, Diretoria Geral e Assessoria Técnica.

Item	Descrição	UND.	QUANT.	Valor Unitário
01	Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública. (Sistema de busca e consolidação de informações de Licitações e Pregões Eletrônicos).	Serviço	03	R$ 12.750,00
Valor Total (Anual)				R$ 38.250,00

O valor estimado dos serviços ora solicitados é de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**

6.2. Caracterização do serviço:

6.2.1 O sistema deverá apresentar informações de licitações válidas, de pregões eletrônicos, apresentação de planilhas ou instrumento similar que informe variações observadas de acordo com pesquisa baseada principalmente no sistema Comprasnet ou outros oficiais.

6.2.2. O acesso está disponível nas plataformas: Windows, Mac, Linux, IOS e Android. Podendo ser acessado por meio de computador, tablet e Smartphone. O Banco de Preços tem disponibilidade de acesso utilizando os navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Ópera, Safari Edge e Internet Explorer. O Internet Explorer deverá ter versão mínima IE 9 (nove) ou superior.

6.2.3 O sistema deverá estar disponível 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

6.2.4. Deverá ser disponibilizado login e senha provisórios para posterior troca pelos definitivos.

6.2.5. Deverá fornecer sistema de busca por palavra-chave;

6.2.6. Filtro por data, UF e mais uma palavra chave

6.2.7. Cada preço tem sua referência original com link para redirecionamento para a publicação oficial ou cópia da publicação em PDF;

6.2.8. Seleção de Preço para comparativo;

6.2.9. Emissão de relatórios com extrato de preços;

6.2.10. A atualização do Banco de Preços deverá ser diária visando apresentação de dados mais fidedignos;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com contrato e seus anexos.

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.3. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor através de servidor especialmente designado.

7.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

7.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no neste Termo de Referência;

7.7. Comunicar à empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do objeto deste termo de referência.

7.8. Fiscalizar a execução dos serviços do presente termo de referência de acordo com as condições e exigências nele especificadas.

7.9. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a Contratada possa realizar o fornecimento e a prestação dos serviços com esmero e perfeição;

7.10. Fornecer e colocar a disposição da contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

7.11. Notificar a contratada por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos da sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. <u>Disponibilizar 03 (três) senhas</u>, no valor total de R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), para utilização irrestrita, sem limite de acessos, durante o período de vigência do contrato.

8.2. Notificar a contratante sobre qualquer irregularidade ocorrida durante a execução dos serviços

8.3. Deverá ser indicado funcionário para intermediação das solicitações que poderá sempre que possível ser realizada por meio de mensagens eletrônicas;

8.4. Arcar com todos os custos necessários, à perfeita execução do objeto deste termo de referência, inclusive despesas, impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, taxas, transporte e seguros incidentes ou que venham a incidir, bem como quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto ora licitado.

8.5. Durante o período contratado, deverá realizar atualizações diárias dos bancos de preços disponíveis no sistema.

8.6. Deverá realizar gratuitamente atualização do sistema sempre que houver novas versões;

8.7. Prover suporte aos serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado

8.8. Prestar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na prestação do serviço.

8.9. Cumprir fielmente o presente contrato de forma que os serviços contratados sejam fornecidos eficazmente, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.10 A CONTRATADA obriga-se a manter as condições iniciais de habilitação durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão.

8.11. A CONTRATADA deverá indicar telefone, chat, e-mail, para contato para casos excepcionais que porventura venha a ocorrer.

8.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Os servidores, lotados na Coordenadoria de Administração, designados pelo Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça para fiscalizar o contrato (**Roseane Brandão Pantoja, MAT. 1064377 – GESTORA, DIEGO ABREU MENDONÇA, MAT.1070880 - FISCAL, HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA, MAT. 1076117 - SUPLENTE),** deverão registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATÍVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato

10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 deste termo de referência, bem como nos itens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimentos de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

10.2.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2. **Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.5. A inexecução parcial do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA atrasar a entrega dos produtos de 1 (um) até 15 (quinze) dias corridos.

10.2.6. A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses quando a CONTRATADA atrasar a entrega dos produtos por mais de 15 (quinze) dias corrido

10.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, 2021):

10.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.6.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, segundo seu Art. 159, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Procuradoria Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora

contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado após o recebimento definitivo das senhas de acesso, nos termos do **item 3.2**, devendo a Nota Fiscal vir discriminada de acordo com a Nota de Empenho, acompanhada de Certidões Negativas do INSS, FGTS, Fazenda Nacional, Estadual e Municipal e do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE). E da comprovação de inexistência de débitos inadimplementos perante a Justiça do Trabalho, conforme o disposto no inciso V do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Após aceitação e ateste de recebimento definitivo das senhas de acesso, efetuado na Nota Fiscal, o pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, em até **30 (trinta) dias**, através de ordem bancária na conta indicada na proposta, devendo para isto, conter o nome do BANCO, AGÊNCIA E NÚMERO DA CONTA CORRENTE em que deverá ser efetivado o crédito.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

12.1 O valor estimado dos serviços ora solicitados é de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**

São Luís/MA, 05 de março de 2026.

ROSEANE BRANDAO PANTOJA:1064377
Assinado de forma digital por ROSEANE BRANDAO PANTOJA:1064377
Dados: 2026.03.05 09:15:27 -03'00'

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadora de Administração

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Assinado de forma digital por HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Dados: 2026.03.05 10:12:31 -03'00'

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA
Chefe da Seção de Compras em Exercício

ESTADO DO MARANHÃO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO							
OBJETO: Aquisição de 3 Senhas do Banco de Preço (Sistema de busca e consolidação de informações de Licitações e Pregões Eletrônicos).							
ITEM	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**PESQUISA 1**		**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
				FORNECEDOR	**VALOR**		
1	UNIDADE	Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública. (Sistema de busca e consolidação de informações de Licitações e Pregões Eletrônicos).	3	NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA CNPJ: 07.797.967/0001-95	R$ 38.250,00	R$ 12.750,00	R$ 38.250,00
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 38.250,00 (Trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais)							
Pesquisa realizada de acordo com § 10, Art. 174 do Ato Normativo nº 10/2023.							
Declaro, para os devidos fins do que para constar, que os valores apresentados neste Mapa de Formação de Preço são compatíveis com os praticados na Administração Pública bem como os praticados no mercado.							
Justificativa da pesquisa de preços encontra-se no termo de referência da referida Licitação, com fulcro na lei nº 14.133/21.							
RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314 Assinado de forma digital por HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314 Dados: 2026.03.05 08:38:52 -03'00'							

"O MPMA trabalha para você!".
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, CEP: 65076-820 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219-1660 / 1661 / 1662
e-mail: cad@mpma.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Despacho nº 635/2026 - GPGJ/DG/SEAF

Assunto: Inexigibilidade de licitação – NP Tecnologia e Gestão de Dados LTDA.

Interessado: Coordenadoria de Administração.

Tendo em vista o pedido de contratação direta da empresa **NP Tecnologia e Gestão de Dados LTDA**, por inexigibilidade de licitação, visando à aquisição de 03 (três) senhas de acesso à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, pelo prazo de 01 (um) ano, no valor total de R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), conforme o Memorando nº 20/2026 - GPGJ/DG/CAD[1], Termo de Referência[2] e demais documentos, encaminham-se os autos em epígrafe às unidades abaixo elencadas para as seguintes providências:

1. **Coordenadoria de Orçamento e Finanças** para informar se há dotação orçamentária suficiente para custear a despesa;

2. **Comissão Permanente de Licitação** para enquadramento legal da despesa e elaboração da minuta contratual;

3. **Coordenadoria de Administração** para ciência, análise e manifestação acerca da minuta, e, caso necessário, proposição de adequações para a plena execução do contrato, prevenindo, dessa forma, eventuais impropriedades;

4. **Assessoria Técnica da Administração** para análise e manifestação acerca da regularidade processual.

Por fim, retornem os autos a esta SEAF.

São Luís/MA, *data da assinatura eletrônica.*

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA

Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira

Referências:

1. ^ Memorando 20 Inexigibilidade Banco de Preços (0296253)
2. ^ Termo de Referência 14 Banco de Preço (0325877)

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor da SEAF**, em 06/03/2026, às 12:00, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0328299** e o código CRC **2C6EC5D6**.

Processo SEI/MPMA nº: 19.13.0038.0007162/2026-49 ID: 0328299

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Despacho nº 767/2026 - GPGJ/DG/COF

Assunto: Outras despesas - Ferramenta de pesquisa de preços
Interessado: Coordenadoria de Administração Geral

À Subprocuradoria para Assuntos Administrativos,

A despesa em tela está classificada, de acordo com as normas orçamentárias vigentes, conforme dados a seguir:

1 - Orçamento Fiscal
Unidade Gestora: 070101 - Procuradoria Geral de Justiça
Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 091 - Defesa da Ordem à Justiça
Programa: 0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça
Ação: 4450.0001 - Gestão do Programa
Subação: 023594 - Administração Geral
Natureza de Despesa: 3390 - Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes
Fonte: 1.5.00.000000

A despesa em tela tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 12.766, de 30/12/2025, que fixou para a UG 07101, durante o exercício de 2026, o montante de até R$ 6.322.000,00 para a subação acima mencionada.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **TATIANA ALVES DE PAULA**, **Coordenadora de Orçamento e Finanças**, em 06/03/2026, às 13:35, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0329499** e o código CRC **2E53D2D7**.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS 315/2026

Matrícula - Matrícula: 1076117

1. INFORMAÇÕES DA UNIDADE

Unidade Demandante: COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Descrição sucinta do objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública.
Prioridade: BAIXA
Tipo de Contratação: Nova
Data da conclusão da contratação: 15/04/2026
Data de Criação: 12/03/2026
Valor Total: R$ 38.250,00

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Esclarecemos que a presente solicitação visa à superação das dificuldades enfrentadas pelas unidades que compõe a estrutura administrativa do Ministério Público do Maranhão, na obtenção de orçamentos que sirvam de parâmetro para o cálculo do preço médio de mercado, de modo a possibilitar a confecção dos Projetos Básicos e Termos de Referências que servirão de base para a realização de processos licitatórios, haja vista que a maioria das empresas consultadas não se dispõem a suspender suas atividades ordinárias, deixando de auferir lucro, tão somente para auxiliar a Administração Pública, sem qualquer contrapartida financeira.

A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à Administração Pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição. Portanto, é necessário que tenhamos acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação e aquisição.

A disponibilização de um banco de dados com preços praticados por toda a Administração Pública, facilitará significativamente as atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias da instituição ministerial, além do que contribuirá para que os preços a serem incluídos nos futuros Projetos Básicos e Termos de Referências, sejam o mais fidedignos possíveis, diminuindo sensivelmente as hipóteses de valores superestimados, que implicam em desvantagem para a Administração, ou ainda, de valores aquém dos praticados no mercado, que restringem a competição e podem vir a conduzir à inexecução do contrato

3. ITENS

OUTRAS FONTES (R$ 38.250,00)

Nº	Código Catálogo	Produto	Item	Qtd	Val. Unit.	Un. de Medida	Valor Total
1	925129	Contratação de empresa especializada no fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços	Contratação de empresa especializada no fornecimento de 03 (três) senhas de	3	R$ 12.750,00	Serviço	R$ 38.250,00

Nº	Código Catálogo	Produto	Item	Qtd	Val. Unit.	Un. de Medida	Valor Total
		praticados pela Administração Pública	acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas, denominada Banco de Preços.				
					Total: R$ 38.250,00		

4. **4.1. RESPONSÁVEIS COM LOGIN PRÓPRIO**

Assessor Técnico IV: HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA
Coordenadora de Administração: ROSEANE BRANDAO PANTOJA

4.2. RESPONSÁVEIS SEM LOGIN PRÓPRIO

Nenhum responsável incluído.

ROSEANE BRANDAO PANTOJA:1064377
Assinado de forma digital por ROSEANE BRANDAO PANTOJA:1064377
Dados: 2026.03.12 11:39:18 -03'00'

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Assinado de forma digital por HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Dados: 2026.03.12 11:41:56 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade nº 5/2026 - GPGJ/CPL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 19.13.0038.0007162/2026-49 SEI

INTERESSADO: Coordenadoria de Administração (CAD)

ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação (licença de software)

À Secretaria Administrativo-Financeira,

Trata o presente de enquadramento legal de solicitação de Contratação, por Inexigibilidade de Licitação, referente a realização de despesa para a contratação da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA., para o fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas, denominada Banco de Preços, conforme o Memorando nº 20/2026 - GPGJ/DG/CAD da Coordenadoria de Administração, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização de Demandas e os demais documentos anexados aos autos.

Para subsidiar o pedido, foram anexados aos autos os documentos exigidos no Ato Regulamentar nº 23/2022 – GPGJ.

O custo global desta contratação perfaz o valor total de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais),** conforme proposta apresentada pela NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, para o período de 1 (um) ano, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PCNP.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇO OFERTADO

EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VALOR
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA	07.797.967/0001-95	Fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas, denominada Banco de Preços.	**R$ 38.250,00**

Atendo-se apenas ao quesito valor da proposta apresentada, e, ressalvados os aspectos técnicos, jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e patrimoniais, que escapam à análise desta Comissão, verifica-se a possibilidade de realização da despesa, a critério da Administração Superior, por **Inexigibilidade de Licitação**, com amparo legal no **artigo 74, inciso I, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, in fine:

> **Lei Federal nº 14.133/21.**
> **Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de**:

> I – aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
> (...)
> § 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

A despeito dos requisitos que subsidiam a **inexigibilidade de licitação** preceituado no **art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021,** verifica-se a presença da documentação probatória, incluindo o Atestado de exclusividade do proponente, das razões de escolha da empresa para aquisição e, relativamente ao preço apresentado, o mesmo foi justificado no supracitado Termo de Referência.

Destaca-se que a contratação será realizada mediante emissão da Nota de Empenho, com base no artigo 95, I, da Lei 14.133/2021, abaixo transcrito:

> Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, **nota de empenho de despesa**, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:
>
> I – dispensa de licitação em razão de valor;
>
> II – compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independente de seu valor.
>
> (grifo nosso)

Conforme o Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União – TCU, (dísponivel em: https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/5-11-formalizacao-do-contrato/) nestes casos a elaboração da Minuta Contratual é facultativa, a qual poderá ser substituída por outro instrumento hábil:

> 5.11. Formalização do Contrato
>
> (...)
>
> O instrumento de contrato é, em regra, obrigatório, mas poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, **nota de empenho** de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos casos de:
>
> a) dispensa de licitação em razão de valor (hipóteses descritas no art. 75, incisos I e II, da Lei 14.133/2021). Sobre essa questão, é relevante mencionar a **Orientação Normativa – AGU 84/2024**, a qual entende ser admissível a substituição do instrumento contratual por outro mais simplificado sempre que o valor dos contratos se enquadrar ao valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação, independentemente se a contratação resultou de licitação, **inexigibilidade** ou dispensa;
>
> b) compras com entrega imediata (consideradas como aquelas com prazo de entrega de até trinta dias da ordem de fornecimento[6]) e integral dos bens adquiridos, e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica. A aplicabilidade dessa hipótese independe do valor da compra.
>
> (sem grifos no original)

Nesse sentido, o Manual de orientações do TCU faz menção da Orientação Normativa da AGU nº 84/2024, a qual preceitua que “não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021, se a contratação resultou de licitação, **inexigibilidade** ou dispensa”.

Considerando que, para a modalidade de contratação em questão, dispensa-se a elaboração de minuta contratual, os autos seguem à Assessoria Técnica da Administração, para cumprimento do disposto no Despacho nº 635/2026 – GPGJ/DG/SEAF.

São Luís-MA, data da assinatura eletrônica.

Atenciosamente,

Marcos Antonio Lima de Oliveira
Membro da CPL
CPL/PGJ-MA

Conceição de Maria Correa Amorim
Presidente da Comissão de Licitação
PGJ-MA

Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA**, **Membro CPL**, em 13/03/2026, às 09:09, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Documento assinado eletronicamente por **CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM**, **Presidente da Comissão Permanente de Contratação**, em 13/03/2026, às 09:50, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0340559** e o código CRC **AC94A723**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DA ADMINISTRAÇÃO

Parecer Técnico nº 284/2026 - GPGJ/DG/ASSTEC/ADM

Processo Administrativo	19.13.0038.0007162/2026-49
Assunto	Inexigibilidade de licitação
Empresa a ser contratada	**NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA - CNPJ nº 07.797.967/0001-95**
Unidade solicitante	**Coordenadoria de Administração**
Objeto	Contratação de empresa especializada no fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas, denominada Banco de Preços
Valor total	**R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais)**

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Trata-se de nova análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação formulada pela **Coordenadoria de Administração**, para contratação da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**, conforme Despacho 635 (0328299)

Da análise da documentação acostada aos autos, conforme legislação pertinente, informamos:

ITEM	DA ANÁLISE	SIM	NÃO	ANEXO
1	Documentos conforme Ato Regulamentar nº 23/2022-GPGJ			
1.1	Documento de formalização da demanda	x		Anexo DFD - Banco de Preço (0339319)
1.2	**Estudo Técnico Preliminar e análise de riscos**	**X***		Estudo Técnico Prelimina Banco de Preço (032585 ***Pendente: análise riscos**
1.3	Termo de Referência	x		Termo de Referência 14 Banco de Preço (032587
1.4	Comprovante de que o preço está em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.	X		Anexo CENTRODEDESENVOLV (0296312) - Anexo (0296349)
1.5	Certidões de regularidade fiscal e trabalhista			
1.5.1	Regularidade da Receita Federal/INSS	x		Anexo CND Estadual - NPTecnologia (029633
1.5.2	**Regularidade FGTS (VENCIDA)**		**x**	
1.5.3	Regularidade Trabalhista	x		Anexo CND Federal - NPTecnologia (029633
1.5.4	**Regularidade Estadual (VENCIDA)**		**x**	
1.5.5	Regularidade Municipal	x		Anexo (0296337) Anexo CNDMunicipalNPTecnolo (0296338) Anexo FGTS - NPTecnolo (0296361)
1.6	Certidões ou outros documentos que atestem a ausência de penalidade que impeça a contratação com o Ministé Público do Estado do Maranhão			
1.6.1	**SICAF**		**x**	
1.6.2	**Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas- CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)**		**x**	
	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de			

1.6.3	**Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)**		**x**	
1.6.4	**Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU, a ser obtida no sítio eletrônico https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>**		**x**	-
1.6.5	**Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, que pode ser feita no endereço eletrônico < https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> em substituição aos subitens 1.6.2, 1.6.3. e 1.6.4**		**x**	
1.7	Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ, o qual deverá conter atividade compatível com o objeto a ser contratado	x		Anexo CNPJ - NP Tecnolog - vc 02.02.2025 (029634
1.8	**Declaração de Inexistência de Parentesco**	**X***		Anexo DECLARAO NEPOTISMO (0296354) ***Não trata de membros servidores do MPMA n forma da RESOLUÇÃO CNMP 37/2009**
2	Proposta comercial			
2.1	Identificação da pessoa jurídica, com o respectivo número de inscrição no CNPJ	x		Anexo Proposta (029637 ***Sem assinatura**
2.2	Discriminação do objeto a contratar	x		
2.3	Prazo de prestação de serviço	x		
2.4	Preço total	x		
2.5	Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, em caso contratação direta.	**x**		
2.6	Dados bancários para pagamento, em caso de contratação direta	**x**		
2.7	**Assinatura e identificação do proponente (nome/cargo/função)**		**x**	
2.8	Original / Ateste da Cópia	**x**		
3	Disponibilidade orçamentária	x		Despacho 767 (0329499
4	Enquadramento da despesa na lei de licitações e minuta de contrato	x		Inexigibilidade 5 Enquadramento Legal (0340559)

OBSERVAÇÕES/PENDÊNCIAS

5

5.1: A unidade gestora responsável justificou a presente demanda no anexo Estudo Técnico Preliminar Banco Preço (0325858):

> ***3. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO***
>
> *A aquisição do item em questão (banco de Preço), visa suprir as necessidades do se de compras, desta coordenadoria de Administração e da Assessoria Técnica da P visto a utilização do sistema para levantamento de preços mediante domínio amp cotações de licitações do setor público, dentre outras ferramentas exclusivas e extrema necessidade para este setor.*

5.2: Quanto à disponibilidade orçamentária, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças, no Despacho 7 (0329499), informa que:

> *A despesa em tela está classificada, de acordo com as normas orçamentárias vigent conforme dados a seguir:*
>
> *1 - Orçamento Fiscal*
> *Unidade Gestora: 070101 - Procuradoria Geral de Justiça*
> *Função: 3 - Essencial à Justiça*
> *Subfunção: 091 - Defesa da Ordem à Justiça*
> *Programa: 0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça*
> *Ação: 4450.0001 - Gestão do Programa*
> *Subação: 023594 - Administração Geral*
> *Natureza de Despesa: 3390 - Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes*
> *Fonte: 1.5.00.000000*
>
> *A despesa em tela tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei Diretrizes Orçamentárias, além de adequação orçamentária e financeira com a Orçamentária Anual nº 12.766, de 30/12/2025, que fixou para a UG 07101, durante exercício de 2026, o montante de até R$ 6.322.000,00 para a subação aci mencionada.*

5.3: Sobre o enquadramento legal da despesa, a Comissão Permanente de Licitação manifestou-se por meio anexo Inexigibilidade 5 Enquadramento Legal (0340559) da seguinte forma:

> *Atendo-se apenas ao quesito valor da proposta apresentada, e, ressalvados os aspec técnicos, jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e patrimoniais, que escapam análise desta Comissão, verifica-se a possibilidade de realização da despesa, a critéd da Administração Superior, por **Inexigibilidade de Licitação**, com amparo le*

	*no **artigo 74, inciso I, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, in fine:: [...].*
6	**DA CONCLUSÃO** Após análise, quanto à instrução dos autos, manifestamo-nos pela **EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS, em raz das pendências apontadas nos subitens 1.2, 1.5.2, 1.5.4, 1.6.1 a 1.6.5, 1.8 e 2.7.**

Sendo o que nos cumpre informar, retornamos os autos para a deliberação das providências julgadas cabíveis.

Documento assinado eletronicamente por **ALBERT WEYDER MOUSINHO DA SILVA**, **Analista Ministerial**, em 18/03/2026, às 15:26, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Documento assinado eletronicamente por **LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA**, **Assessor Chefe da Assessoria Técnica da Administração**, em 18/03/2026, às 21:25, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0350941** e o código CRC **9F1681CB**.

Despacho nº 854/2026 - GPGJ/DG/SEAF

Processo Administrativo nº 19.13.0038.0007162/2026-49

Assunto: Inexigibilidade de licitação – NP Tecnologia e Gestão de Dados LTDA

Interessado: Coordenadoria de Administração

À Coordenadoria de Administração,

Tendo em vista o Parecer Técnico 284/2026 da Assessoria Técnica da Administração[1], encaminhem-se os autos para as providências cabíveis.

Após, retornem-se.

São Luís, *data da assinatura eletrônica*.

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA

Técnico Ministerial

Diretor da SEAF

Referências:

1. ^ Parecer Técnico 284 ASSESSORIA TECNICA DA ADMINISTRAÇÃO (0350941)

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor da SEAF**, em 19/03/2026, às 15:01, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0351728** e o código CRC **475A6E2E**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho nº 368/2026 - GPGJ/DG/CAD

À SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho SEAF (0351728) que recomendou a tomada de providências apontadas Parecer Técnico da Assessoria Técnica da Administração (0350941), para este processo de Inexigibilidade de Licitação para aquisição de ferramenta de pesquisa de preço, informamos que realizamos o anexo de toda a documentação exigida no parecer supramencionado.

Desse modo, encaminhamos os autos para a Secretaria Administrativo-Financeira para prosseguimento do feito.

Atenciosamente

Documento assinado eletronicamente por **ROSEANE BRANDÃO PANTOJA**, **Coordenadora de Administração**, em 27/03/2026, às 09:37, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Documento assinado eletronicamente por **HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA**, **Assessor Técnico IV**, em 27/03/2026, às 10:32, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0366311** e o código CRC **B8E8DAA9**.

MAPEAMENTO DE RISCOS

UNIDADE: COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
OBJETO: TONER
OBJETIVO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA ESPECIALIZADA NA PESQUISA DE PREÇO - BANCO DE PREÇOS

RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO				ANÁLISE DO RISCO			RESPOSTA AO RISCO		
	Fase	Evento	Causa(s) do Risco	Consequência	Probabilidade da ocorrência BAIXA = 1 MÉDIA = 2 ALTA = 3	Impacto BAIXO = 1 MÉDIO = 2 ALTO= 3	Nível de aceitação do risco Aceitável = 1 Média Aceitável: menor ou igual 4 Inaceitável: maior que 4	Ações preventivas	Ações contigenciais	Responsável
R01	Planejamento da Contratação	Estudo Técnico Preliminar com especificações, quantidades e justificativa insuficientes.	Falta de conhecimento técnico; Ausência de diálogo com o mercado	Contratação inadequada; retrabalho; licitação fracassada/deserta; desperdício de recursos	1	1	Aceitável	Verificar o Estudo Técnico Preliminar e a justificativa das quantidades demandadas.	Ausência: A unidade demandante deve ajustar as informações para que conste no processo o Estudo Técnico Preliminar ou a justificativa das quantidades demandadas que embasa a contratação. Insuficiência: A unidade demandante deve apresentar justificativa com elementos suficientes que subsidiem a contratação.	Equipe de planejamento da contratação
R02	Planejamento da Contratação	Fracionamento de Despesa	Planejamento falho ou ausente, que não considera a expectativa de consumo anual; Inobservância do somatório das despesas realizadas pela unidade gestora no exercício financeiro e o somatório da despesa com objetos da mesma natureza no mesmo ramo de atividade	Violação da Lei nº 14.133/2021 (Art. 75, § 1º, incisos I e II); Nulidade da licitação e da contratação; Desperdício de recursos, aumentando o número de licitações para o mesmo objeto	2	2	Média Aceitação	Implementação do plano de contratações anual; Controlar e acompanhar as modalidades licitatórias, especialmente a dispensa, por ocasião da abertura do processo.	Emitir despacho denegatório para unidade demandante informando a impossibilidade de realizar dispensa de pequeno valor acima dos limites anuais estipulados pela lei. Controlar os limites de dispensas por exercício financeiro com base no elemento de despesa.	Unidade demandante Assistência de Análise e Licitação
R03	Planejamento da Contratação	Erro nas quantidades estimadas para a contratação			1	3	Média Aceitação	Justificar as quantidades pretendidas no Termo de Referência por meio do Estudo Técnico Preliminar com base em histórico de consumo ou previsão de uso real.	Solicitar a retificação das quantidades adequadas à necessidade da unidade demandante.	Unidade demandante Equipe de planejamento da contratação
R04	Planejamento da Contratação	Erro no cálculo do preço estimado (pesquisa de preços)			3	3	Inaceitável	Capacitar os servidores das áreas demandantes na tarefa de elaboração da pesquisa de preços e do mapa de preços; Analisar os orçamentos estimativos elaborados pela unidade demandante. Adquirir e Utilizar ferramentas privadas de pesquisa de preços de mercado.	Emitir despacho à unidade demandante solicitando adequação da pesquisa de preços e do Termo de Referência	Seção de Capacitação; Equipe de planejamento da contratação; Assistência de Análise e Licitação
R05	Planejamento da Contratação	Descrição do objeto no Termo de Referência de forma deficiente			1	1	Aceitável	Estabelecer critérios objetivos e claros para a seleção do objeto; Indicar marcas e modelos no mercado que atendem às necessidades da Administração; Incluir fotos, desenhos ou outros meios que facilite a identificação clara do objeto; Analisar a especificação do objeto constante na pesquisa de preços e no termo de referência;	Emitir despacho à unidade demandante solicitando adequação da pesquisa de preços em relação ao Termo de Referência nos casos de divergências.	Unidade demandante Equipe de planejamento da contratação
R06	Seleção do Fornecedor	Não apresentação das exigências de habilitação			1	1	Aceitável	Consultar regularidade fiscal e trabalhista.	Em caso do SICAF estar desatualizado, solicitar que a licitante anexe às certidões negativas. Se a empresa não cumprir o prazo, desabilitar e convocar o licitante seguinte para apresentar documentação.	Agente de Contratação, Comissão de contratação ou Pregoeiro
R07	Seleção do Fornecedor	Licitação deserta ou fracassada			1	1	Aceitável	Verificar as pesquisas de preços realizadas pelas unidades demandantes; Analisar os critérios de habilitação para que não restrinjam o caráter competitivo do certame; Analisar os orçamentos estimativos elaborados pela unidade demandante;	Devolver o processo para a equipe de planejamento para que sejam verificados os motivos do fracasso da licitação.	Equipe de planejamento da contratação/ SELIC Agente de Contratação, Comissão de contratação ou Pregoeiro
R08	Seleção do Fornecedor	Impugnação do edital			1	1	Aceitável	Analisar cuidadosamente os critérios de habilitação, especificações técnicas e condições de contratação para que não restrinjam o caráter competitivo do certame.	Analisar o motivo da impugnação e responder aos questionamentos nos prazos legais; Consultar a unidade demandante no caso de dúvidas técnicas e consultar a assessoria jurídica no caso de dúvidas jurídicas.	Agente de Contratação, Comissão de contratação ou Pregoeiro Assistência de Análise e Licitação
R09	Execução/fiscalização do contrato	Ausência da manutenção das condições de habilitação para assinatura do contrato e aditivos.			2	2	Aceitável	Verificar a manutenção das condições de habilitação no momento da assinatura do contrato e durante a execução contratual.	Notificar o contratado para este possa regularizar sua documentação; Caso não regularize providenciar a convocação do 2º convocado para assinar o contrato.	Seção de Contratações e Aquisições Gestor do Contrato Assistência de Análise e Licitação
R10	Execução/fiscalização do contrato	Ausência de garantia contratual, quando exigida nos termos do instrumento convocatório ou no contrato			3	3	Aceitável	Solicitar apresentação da garantia contratual no prazo previsto no contrato e acompanhar entrega.	Notificar a contratada para apresentação da garantia contratual; Solicitação de abertura de processo administrativo sancionatório; Proceder conforme cláusulas contratuais relativas à rescisão do contrato; Contratação de empresa para serviços remanescentes.	Gestor e fiscal do Contrato

R11	Execução/fiscalização do contrato	Inexecução parcial ou total do contrato			1	1	Aceitável	Acompanhamento da execução contratual	Notificação formal da empresa contratada para atendimento da execução contratual; Solicitação de abertura de processo administrativo sancionatório. Contratação de empresa para serviços remanescentes.	Fiscal/Gestor do Contrato Assistência de Contratações e Aquisições Assistência de Análise e Licitação
R12	Execução/fiscalização do contrato	Atraso no prazo de execução contratual			1	1	Aceitável	Acompanhamento dos prazos de execução contratual.	Notificação formal da empresa contratada para cumprimento do prazo de execução contratual; Solicitação de abertura de processo administrativo sancionatório.	Fiscal/Gestor do Contrato
R13	Execução/fiscalização do contrato	Atraso na tramitação processual de aditivo de valor, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro e reajuste			1	1	Aceitável	Controlar saldos financeiros do contrato de modo a evitar interrupção dos serviços por ausência de aditivo. Controlar e gerenciar a tramitação processual de aditivo de valor, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro e reajuste para evitar atrasos.	Formalizar o aditivo em caráter de urgência.	Gestor do Contrato Assistência de Contratações e Aquisições
R14	Execução/fiscalização do contrato	Perda do prazo para renovação do contrato			1	1	Aceitável	Acompanhar o encerramento da vigência providenciando os trâmites necessários para renovação contratual com prazo não superior a 120 dias que antecedem a data do encerramento do contrato.	Encerrar o contrato; Convocar os licitantes remanescentes.	Gestor do Contrato Assistência de Contratações e Aquisições
R15	Execução/fiscalização do contrato	Paralisação ou abandono do serviço/obra sem justificativa.			1	1	Aceitável	Acompanhamento da execução do contrato e prazos;	Notificar formalmente a contratada; Solicitar a abertura de processo administrativo sancionatório; Providenciar contratação do remanescente de obra.	Gestor do Contrato Unidade demandante

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314

Assinado de forma digital por HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Dados: 2026.03.27 08:16:17 -03'00'

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.797.967/0001-95

Razão Social: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA

Endereço: R IZABEL A REDENTORA 2356 EDIF LOEWEN / CENTRO / SAO JOSE DOS PINHAIS / PR / 83005-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:07/03/2026 a 05/04/2026

Certificação Número: 2026030717491420995437

Informação obtida em 25/03/2026 09:17:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Certidão Regularidade FGTS (0366321) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 92

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 39245901-45

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **07.797.967/0001-95**
Nome: **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 22/07/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Portal de Emissão de Certidões (24/03/2026 11:35:20)

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.797.967/0001-95**	DUNS®:	**914618868**
Razão Social:	**NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**NP TECNOLOGIA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**22/03/2027**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**24/05/2026**	**Automática**
FGTS		Validade:	**05/04/2026**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**13/09/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/06/2026**
Receita Municipal	Validade:	**27/03/2026**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

CPF: 059.XXX.XXX-14 Nome: HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA

Ass: _____

Certidão SICAF - NP Tecnologia (0366323) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 94

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 25/03/2026 09:34:27

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**
CNPJ: **07.797.967/0001-95**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

NEGÓCIOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

Cientes que ao realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, prevista no art. 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios, gerentes, diretores ou responsáveis técnicos na empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.797.967/0001-95 que sejam:

a) Membros ou servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, efetivos, comissionados, cedidos ou colocados à disposição da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão;

b) Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive de membro ou servidor do MP/MA, sendo este último quando ocupante de largo de direção, chefia e assessoramento, conforme dispõe a Resolução nº37, 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público.

São José dos Pinhais, 26 de março de 2026.

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968

Assinado de forma digital por RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968
Dados: 2026.03.26 11:43:17 -03'00'

Rudimar Barbosa dos Reis

Presidente do Grupo

Negócios Públicos

Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767

falecom@negociospublicos.com.br

R. Dr. Brasílio Vicente de Castro, 111
Campo Comprido, Curitiba – PR

negociospublicos.com.br

PROPOSTA

VERSÃO PLUS / RENOVA 2026

Curitiba - 25 de Março de 2026

JUCILENE VESGUERBER
Consultor(a) Comercial

A/C:HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Proposta nº 13.002/2.026

Válida até 24 de Maio de 2026

O QUE É O BANCO DE PREÇOS?

O **Banco de Preços** é uma ferramenta criada pelo Grupo Negócios Públicos há **mais de 12 anos,** em decorrência das dificuldades do setor público em obter resultados sólidos e confiáveis em suas pesquisas de preços, não apenas para proporcionar contratações mais econômicas, mas também para gerar respaldo jurídico aos agentes envolvidos no processo tendo em vista o risco de questionamentos por parte de órgãos de controle.

EM QUAIS ETAPAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA O BANCO DE PREÇOS PODE SER UTILIZADO?

- Pesquisa de preços.
- Especificação de objetos.
- Elaboração do Termo de Referência.
- Análise e julgamento de propostas.
- Justificativa de licitações exclusivas ME/EPP.
- Negociação de preços.
- Comprovação de vantajosidade para prorrogação de contratos.
- Revisões de preços.
- Gestão e fiscalização de contratos - Manutenção de economicidade.
- Verificação de inidoneidade de fornecedores.
- Justificativa de preços.

POR QUE O BANCO DE PREÇOS É UTILIZADO POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EM TODO O PAÍS?

Por que o **seu uso representa a realidade dos preços e por atender aos princípios constitucionais da economicidade e da moralidade, bem como a legislação** Lei 14.133/21, Lei 8.666/93, IN 73/2020, IN 65/21, Normativos do Sistema S, Estatais entre outros Decretos e Acórdãos do TCU.

Além de possuírmos **A MAIOR BASE DE PREÇOS PÚBLICOS DO BRASIL** com mais de **326 milhões de preços para consulta em mais de 2.754 fontes**, possibilitando assim a formação de uma **CESTA DE PREÇOS**, utilizadando fontes diversificadas de pesquisa, para uma maior segurança aos valores a serem adjudicados, conforme **Acórdão nº 1875/21-Plenário - Tribunal De Contas Da União**

FUNCIONALIDADES

ATUALIZAÇÃO DIÁRIA

Base de Dados

Preços do **Compras Governamentais**	✓
Preços de **outros entes públicos**	1131 fontes
Preços de **sites de domínio amplo**	3000 sites
Cotação **direta com fornecedores cadastrados na base**	✓
Preços Notas Fiscais *Previsto na nova lei de licitações 14.133/2021*	26 fontes
Tabela Sinapi / CEASA / CONAB / CMED	✓
Tabela SICRO (Sistema de Custos Referenciais de OBRAS)	✓
Tabela SETOP (Sec. de Estado de Transp. e Obras de MG)	✓
Tabela SEINFRA (Sec. de Infraestrutura Urbana)	✓
Banco de Preços da Sáude	✓
Preços para compor a **planilha de terceirização**	✓
Preços de lances iniciais e finais dos fornecedores	✓
Histórico de preços de licitações vencidas por fornecedor	✓
Resultado de Dispensa e Inexigibilidade	✓
Histórico de preços dos últimos 10 anos	✓

Recursos Adicionais

Fórmulas de cálculo	28 opções
Aplicação automática de índice de atualização de preços pesquisados em outros entes públicos	✓
Cotação com vários itens - lote	✓
Cálculo automático do valor unitário x quantidade	✓
Detalhamento de propostas e lances do Pregão	✓
Seleção de preços manualmente	✓
Histórico de vendas do fornecedor	✓
Todas as pesquisas realizadas ficam salvas	✓
Sugestão de preços	✓
Motor de busca inteligente	✓
Importação de Planilhas com diversos itens	✓
Mapa estratégico de compras	✓
Declaração de competitividade da LC 123-ME/EPP	✓
Banco de Penalidades	✓
Consulta ARP e IRP - Registro de Preços	✓
Certidões	✓
Analise da cotação - Check List	✓
Alertas que a pesquisa não está seguindo a IN73/2020 e IN65/2021	✓
Acesso a criação de cotação, criação de item e consulta de cotações, itens e preços selecionados via API	✓
Mapa de Risco/ Edital	
ETP	
Estudo Técnico Preliminar	✓

Seleção / Filtros

Pesquisa textual/detalhamento do objeto	✓
Filtro por CATMAT / CATSER	✓
Filtro Setorial	✓
Filtro por Cidade	✓
Filtro por Região	✓
Filtro por Marca	✓
Filtro nº Pregão / Itens sustentáveis / Atas de registro de preços	✓
Filtro por Âmbito	✓
Filtro Fornecedores por PORTE	✓
Filtro empresas ME/EPP	✓
Filtro avançado por palavra chave e preço	✓
Filtro por unidades de fornecimento	✓
Pesquisa por UASG / Âmbito / Modalidade / Modelo	✓
Filtro por quantidade de fornecedores	✓
Filtro por licitações homologadas	✓
Filtro avançado pelo nome do órgão	✓
Apresentação de textos em caixa alta	✓

Relatórios

Relatórios com dados comerciais do fornecedor	✓
Relatórios com UF de origem da pesquisa	✓
Relatórios personalizados e API de integração	✓
Relatórios de mapa comparativo	✓
Relatórios com gráficos estatísticos	✓
Relatórios com Print Screen da ata do ComprasNet	✓
Relatórios com a logotipo da instituição	✓
Relatórios com a data de início e término da pesquisa	✓
Relatorios com o link direto para a ata da licitação	✓
Relatórios com assinatura digital e QR code	✓
Relatórios Curva ABC	✓
Relatórios com a justificativa do método matemático aplicado - Em atendimento a in 73/2020 e 65/2021	✓

Capacitação

Treinamento ilimitado do produto com certificado	✓
Suporte imediato á dúvidas	✓
Lives para capacitação e atualização gratuitas	✓
Módulo de Mentoria - Treinamentos / Videos / Manuais para capacitação contínua	✓

Fase Interna - Ferramentas Auxiliares

Sistema de elaboração da especificação do objeto -INTERATIVO ✓

Sistema de elaboração do termo de referência -INTERATIVO (Modelo próprio da instituição) Múltiplos Modelos

Segurança

Permite Configurar apenas acesso aos IP's autorizados ✓

LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO DO BANCO DE PREÇOS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO?

O Banco de Preços é uma ferramenta cujo conjunto de características contribui para melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos processos de contratação pública, atrelando-se claramente aos objetivos da boa governança.

Tais características podem ser compreendidas como especificações necessárias ao objeto que será contratado pelo órgão ou entidade, pois que não se relacionam a detalhes irrelevantes, mas a recursos que podem ser decisivos para uma adequada atuação administrativa e um processo de contratação isento de falhas.

A propósito do assunto, destaca-se a abordagem de Joel Menezes Niebuhr sobre a contratação de fornecedor exclusivo, tendo como ponto de partida a descrição do objeto que atende ao interesse público:

"**Tudo gira em torno da delimitação do interesse público, que é discricionária**. Contudo, para tanto, durante a descrição do objeto, o agente administrativo, a priori, não deve se preocupar com miudezas, com características que não sejam relevantes para o interesse público. Em sentido oposto, antes de tudo, ele deve atentar para a utilidade pretendida com o contrato, a função a ser cumprida pelo objeto a ser contratado. (...) Sob essa perspectiva, **todas as especificações que se fizerem necessárias serão lícitas, mesmo que restrinjam o objeto a tal ponto de inviabilizar a competitividade e de justificar a inexigibilidade.**" (Sem grifos no original.)

Assim, é possível e lícito que o objeto do interesse da Administração contratante recaia no **conjunto de recursos** oferecidos pelo Banco de Preços, justificando a contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundada no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93 ou no art. 74 inciso I da Lei nº 14.133/21.

1. INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

PRODUTO	QUANTIDADE	USUÁRIOS	VALOR DO PLANO	IMPLANTAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL
LICENÇA	3 LICENÇA(S)	3	R$ 38.250,00	R$ 0,00	R$ 38.250,00

Resguardado direito ao reajuste na prorrogação de contrato.
*LICENÇA: número de acessos simultâneos ao sistema.
*USUÁRIO: são os perfis de acesso não simultâneos.

Observação:

Diagnóstico inicial:
Levantamento das necessidades do órgão e análise do cenário atual para definição da melhor estratégia de uso da solução.

Onboarding da equipe:
Configuração inicial da ferramenta e orientação aos usuários para início rápido e organizado.

Treinamento prático:
Capacitação ilimitada para todos os usuários, com certificado de participação, estruturada em módulos de fácil acesso para se inscrever.

Acompanhamento por especialista:
Apoio consultivo durante toda vigência de contrato para garantir aproveitamento pleno da solução.

Suporte dedicado via WhatsApp:
Suporte ilimitado realizado via WhatsApp, chat online, telefone.

Suporte técnico inicial:
Atendimento técnico para resolução de eventuais ajustes ou dificuldades no início da operação.

2. COMO JUSTIFICAR O PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO INEXIGÍVEL?

• Segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas, a justificativa do preço em contratações diretas no caso de inexigibilidade de licitação deve ser realizada, preferencialmente, mediante a comparação com os preços praticados pelo próprio fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas.

3. O QUE A CONTRATAÇÃO CONTEMPLA?

• Licença de uso ao Banco de Preços.
• Treinamento ilimitado para todos os usuários - com certificado.
• Suporte ilimitado realizado via WhatsApp, chat online, telefone, e-mail e videoconferência (ao vivo e online) de Segunda a quinta-feira: das 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h30 e Sexta-feira: das 8h30 às 12h e das 13h30 às 16h30 (Horário de Brasília) durante a vigência do contrato.
• Equipe de TI sempre acessível para receber sugestões de melhoria.
• Acesso gratuito para as lives e eventos promovidos pelo Banco de Preços.

4. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12,00 meses a partir da liberação da senha.

5. FUNDAMENTO LEGAL PARA CONTRATAÇÃO:

Dispensa de licitação:

• Art. 24, inc. II da **Lei 8.666/93** hipótese de licitação dispensável com base no valor inferior a 10% dos limites manifestos na alínea “a”, do inc. II, do art. 23 da Lei de Licitações.

• Art. 75, inc. II da **Lei 14.133/21** permite a contratação direta quando o objeto é de baixo valor e não se justifica a realização do certame.

Inexigibilidade:

- Art. 29, inc. II da **Lei 13.303/2016**(Lei das Estatais) - para outros serviços e compras de valor até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- Art. 25, inc. I da **Lei 8.666/93 inexigibilidade** de licitação genérica, fundada nas especificações diferenciadas do objeto visado.
- Art. 74, inc. I da **Lei 14.133/21** permite a contratação por exclusividade autorizada da hipótese de inexigibilidade licitatória.
- Art. 30, inc. I da **Lei 13.303/2019** (Lei das Estatais) - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos p
- Instrução Normativa Nº 73 de 20 de abril de 2020, os preços constantes no Banco de Preços atendem a todos os Inc.da referida IN. IV
- Acordão 1445/15 TCU/Plenário.

Contratos de Serviços e Fornecimentos Contínuos:

- Conforme previsão do art. 106 c/c art. 6º, XV, da **Lei nº 14.133/21**, com interpretação específica dada pelo enunciado nº 14 da Justiça Federal, os contratos cujo objeto é a contratação de serviços e fornecimentos contínuos, como é o caso do Banco de Preços, poderão ser firmados pelo prazo direto de 05 anos, admitida a prorrogação até o prazo máximo de 10 anos.

6. PRINCIPAIS BASES LEGAIS PARA USO DO BANCO DE PREÇOS:

- Lei 8.666/93 art. 15 e art. 43
- Lei 14.133/21 art. 23
- Instrução Normativa 73/20
- Instrução Normativa 65/21

7. FUNCIONALIDADES PARA EXECUÇÃO DE PESQUISA:

- Acesso via Internet no site www.bancodeprecos.com.br
- Acesso somente autenticado login/senha.
- Não é possível fazer login simultâneo.
- Login/senha de uso exclusivo não podendo ser compartilhado com outras entidades públicas/privadas ou diferentes IP's.

8. EFETIVAÇÃO DA COMPRA E INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO:

- Para efetivar a contratação, é necessário o órgão emitir nota de empenho a favor da NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº.07.797.967/0001 95, IE 90547068 01, estabelecida à Rua Izabel a Redentora, 2356, Centro, Cidade de São Jose dos Pinhais, Estado do Paraná.
- As condições apresentadas nesta proposta são válidas para pagamento em parcela única até 30 dias após a emissão da nota fiscal, devendo o respectivo pagamento ser efetuado na seguinte conta:

Banco do Brasil
Agência: 1622-5 Conta: 464-2

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968
Assinado de forma digital por RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968
Dados: 2026.03.26 11:44:06 -03'00'

MÉTODO DE TRABALHO

A utilização do serviço é exclusiva e restrita ao número de inscrição CNPJ do cliente, sendo proibida a divulgação das senhas de acesso a outros Órgãos/Entidades/Instituições e usuários não cadastrados.

Entende-se por licença, o acesso ao sistema por pessoa física, associado à instituição contratante com o intuito exclusivo de geração de cotação de preços de produtos e serviços dentro da plataforma, utilizando os recursos oferecidos no site Banco de Preços. A automação de extração de informações, como robôs, não é permitida, visto que impacta na performance dos demais usuários.

O Banco de Preços apresenta em alguns casos, links para acesso à ATAS, Termo de Referência, Edital e outros documentos, onde o armazenamento ocorre por conta do provedor original da informação. Nesse caso, o Banco de Preços não se responsabiliza pelos serviços de terceiros que tenham o link original quebrado, ou que esteja fora do ar no momento da consulta.

Administrador das senhas de acesso:

O responsável pela assinatura/contrato será cadastrado como Supervisor e terá a prerrogativa e a responsabilidade do cadastramento/alteração dos outros usuários cadastrados. O usuário Supervisor só poderá ser alterado pela Negócios Públicos, após solicitação formal do cliente assinante (por seu gestor responsável). Cada um dos usuários e o Supervisor utilizarão login de acesso e senha distintos.

O cadastro do Supervisor será realizado pela Negócios Públicos mediante informação/indicação do cliente (por sua autoridade responsável). Esta notificação poderá ser realizada por meio eletrônico (e mail).

O Supervisor cadastrará cada um dos usuários, respeitando a quantidade máxima de usuários contratados e habilitará a utilização de cada um no módulo de “gestão do contrato”. A gestão do cadastramento dos usuários, senhas e ocasionais alterações será atribuição do Supervisor e acompanhada pela Contratada.

Quantidade de usuários por assinatura:

A quantidade de usuários será definida de acordo com a Proposta Comercial. O acesso não será simultâneo aos usuários cadastrados conforme o formato/plano contratado.

Requisito mínimo para acesso:

O Banco de Preços tem disponibilidade de acesso utilizando os navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Ópera, Safari, Edge e Internet Explorer. O Internet Explorer deverá ter versão mínima IE 9 (nove) ou superior.

O acesso está disponível nas plataformas: Windows, Mac, Linux, IOS e Android. Podendo ser acessado por meio de computador, tablet e Smartphone.

Configuração de Servidor Proxy (Proxy Server):

De acordo com a infraestrutura técnica de cada cliente, informações adicionais de configuração de proxy e cookies podem ser solicitadas a Negócios Públicos.

É de responsabilidade do cliente a liberação/desbloqueio de eventuais restrições de acesso ao Banco de Preços junto aos responsáveis técnicos de TI/Informática do cliente.

***** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO *****
Nº: 23437/2026

IMPORTANTE: 1.RESERVA - SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERIODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

2.A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO, CONFORME DECRETO 4.751 DE 18/04/2022.

3. A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDEREÇO www.sjp.pr.gov.br.

"CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTA DÉBITO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO CONTRIBUINTE COM LOCALIZAÇÃO DESCRITA ABAIXO "

IMPRESSA VIA INTERNET

CONTRIBUINTE: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

CNPJ/ 07.797.967/0001-95 **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 89419
CPF:

BAIRRO: CENTRO

ENDEREÇO: RUA IZABEL A REDENTORA, 2356

COMPLEMENTO: EDIF LOEWEN **BLOCO:** **APTO:**
SALA 117

CIDADE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

SITUAÇÃO: ATIVA

FINALIDADE: DIVERSOS / LICITAÇÃO / LICITAÇÃO MOBILIÁRIO / LICITAÇÃO IMOBILIÁRIO

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 31d118c9bf7815caea388cb27c4b10cb

ESTA CERTIDÃO PODERÁ SER VALIDADA NO SITE: https://financas.sjp.pr.gov.br

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 24 de março de 2026

A autenticidade da certidão pode ser conferida no site informando o código de verificacão
31d118c9bf7815caea388cb27c4b10cb

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Despacho nº 955/2026 - GPGJ/DG/SEAF

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Interessado: Coordenadoria de Administração (CAD)

À Assessoria Jurídica,

Após Parecer[1] da Assessoria Técnica da Administração, e considerando os documentos anexados pela Unidade requisitante, conforme informado no despacho[2] da CAD, encaminhem-se os autos para análise e manifestação acerca da solicitação de contratação da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA., por inexigibilidade de licitação, visando à aquisição de 03 (três) senhas de acesso à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, pelo prazo de 01 (um) ano, no valor total de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais),** conforme Memorando[3], Termo de Referência[4] e demais documentos.

São Luís, *data da assinatura eletrônica.*

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA

Técnico Ministerial

Diretor da SEAF

Referências:

1. Parecer Técnico 284 (0350941)
2. Despacho 368 (0366311)
3. Memorando 20 (0296253)
4. Termo de Referência (0325877)

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor da SEAF**, em 27/03/2026, às 12:21, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0367023** e o código CRC **DF010483**.

Parecer nº 86/2026 - GPGJ/DG/ASSJUR

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 19.13.0038.0007162/2026-49

ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação

INTERESSADO: Coordenadoria de Administração - CAD

PARECER

À Secretaria Administrativo-Financeira-SEAF

Senhor Diretor,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do **Memorando nº 20/2026 - GPGJ/DG/CAD**, oriundo da Coordenadoria de Administração desta PGJ/MA, por meio do qual solicitou a adoção das providências cabíveis com vistas à contratação da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA., por meio de inexigibilidade de licitação, para o fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, denominada Banco de Preços.

Para instrução dos autos, foram anexados documentos, dentre os quais:

1. Formulário de solicitação n° 0296259; Termo de Referência; Alvará de Localização e Funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais; Atestados de capacidade técnica; Atestado de Exclusividade, emitido pela Associação Comercial do Paraná – ACP; Notas de empenho; Certidão n° 260127/44.995, emitida pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; Certidões relativas a regularidade fiscal e trabalhista da empresa proponente; Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; Certidão de registro e regularidade de pessoa jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Administração do Paraná – CRA/PR; Declaração de inexistência de vínculo com o serviço público; Certidão Negativa – Falência e Concordata; Declaração da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA., informando que cumpre os requisitos de habilitação; proposta comercial;

2. Despacho nº 796/2026 - GPGJ/DG – Diretoria Geral encaminhou os autos à Secretaria Administrativo-Financeira para instrução processual;

3. CAD adicionou aos autos novo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e mapa de formação de preços

(Anexos n°0325858, 0325877 e 0325883);

4. Despacho nº 635/2026 - GPGJ/DG/SEAF - Secretaria Administrativo-Financeira determinou o envio dos autos à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, à Comissão Permanente de Licitação, à CAD e à Assessoria Técnica da Administração, para manifestação;

5. Despacho nº 767/2026 - GPGJ/DG/COF - Coordenadoria de Orçamento e Finanças prestou as seguintes informações:

> A despesa em tela está classificada, de acordo com as normas orçamentárias vigentes, conforme dados a seguir:
>
> 1 - Orçamento Fiscal
> Unidade Gestora: 070101 - Procuradoria Geral de Justiça
> Função: 3 - Essencial à Justiça
> Subfunção: 091 - Defesa da Ordem à Justiça
> Programa: 0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça
> Ação: 4450.0001 - Gestão do Programa
> Subação: 023594 - Administração Geral
> Natureza de Despesa: 3390 - Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes
> Fonte: 1.5.00.000000
>
> A despesa em tela tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 12.766, de 30/12/2025, que fixou para a UG 07101, durante o exercício de 2026, o montante de até R$ 6.322.000,00 para a subação acima mencionada.

6. CAD instruiu os autos com o Documento de Formalização de Demandas 315/2026 (Anexo n° 0339319);

7. **Inexigibilidade nº 5/2026 - GPGJ/CPL** - Comissão Permanente de Licitação enquadrou a despesa na situação de inexigibilidade de licitação, *"com amparo legal no artigo 74, inciso I, § 1º, da Lei Federal 14.133 de 2021"*;

8. Parecer Técnico nº 284/2026 - GPGJ/DG/ASSTEC/ADM - Assessoria Técnica da Administração manifestou-se pela "*EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS";*

9. Despacho nº 368/2026 - GPGJ/DG/CAD - por meio do qual a CAD instruiu os autos com os seguintes documentos: Mapa de risco; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual; SICAF; Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU; declaração de inexistência de parentesco; proposta assinada; Certidão Negativa de Débito Municipal;

10. Despacho nº 955/2026 - GPGJ/DG/SEAF - Secretaria Administrativo-Financeira encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica da Administração para análise e manifestação.

É o relatório. Passa-se à análise.

Inicialmente, cumpre salientar que a seguinte manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do Ato Regulamentar nº 22/2020[1], incumbe a esta Assessoria uma análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados por este Órgão Ministerial, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou discricionária.

A presente demanda diz respeito sobre a possibilidade de ser realizada a contratação direta da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA., CNPJ nº 07.797.967/0001-95, para o fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, denominada Banco de Preços, pelo período de 01 (um) ano, no valor de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**

É cediço que a regra para a aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, é mediante a instauração de procedimento Licitatório, em que sejam respeitados os princípios da isonomia, moralidade, publicidade, vinculação ao

instrumento convocatório, legalidade e julgamento objetivo.

Todavia, a legislação responsável pela regulamentação de normas gerais para esta matéria, a saber, a Lei Federal nº. 14.133/21 – nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, permite que em alguns casos excepcionais a Licitação possa ser afastada, admitindo contratação direta nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Em suma, conforme ensinamentos de Hely Lopes Meirelles (2000; p. 264), "*ocorre a inexigibilidade de licitação quando há impossibilidade jurídica de competição entre os contratantes, quer pela natureza específica do negócio, quer pelos objetivos sociais visados pela Administração".*

No caso apresentado neste processo, a Comissão Permanente de Licitação manifestou-se pela possibilidade de contratação direta amparada pelas seguintes disposições legais, **Inexigibilidade nº 5/2026 - GPGJ/CPL**:

> **Lei Federal nº 14.133/2021.**
>
> **Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**
>
> I – aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por podutor, empresa ou representante comercial exclusivos;
>
> [...]
>
> § 1º para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstra a inviabilidade de competição mediante atestados de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

No âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, os procedimentos para a aquisição de bens e contratação de serviços nos casos de inexigibilidade de licitação, foram disciplinados por meio do Ato Regulamentar n. 23/2022. O referido regramento, assim como fez a nova Lei de Licitações, estabeleceu os requisitos mínimos para a instrução do processo, vejamos:

> **Ato Regulamentar nº. 23/2022**
> Art. 2º A solicitação de que trata o artigo 1º deverá ser instruída pela Unidade Requisitante, no mínimo, com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização da demanda;
> II - estudo técnico preliminar (ETP) na forma disciplinada pelo art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e de acordo com o Ato Regulamentar nº 44/2021;
> III - termo de referência ou projeto básico, projeto executivo e análise de riscos, quando for o caso;
> IV - justificativa da contratação, na qual constem os elementos necessários à caracterização da inexigibilidade de licitação;
> V - razões da escolha do contratado;
> VI - justificativa de preço, observado o que estabelece o art. 23 da Lei nº 14.133/2021; VII - certidões de regularidade fiscal atualizadas perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ao INSS e ao FGTS, o comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ, o qual deverá conter atividade compatível com o objeto a ser contratado, regularidade perante a Justiça do Trabalho e Declaração de Inexistência de Parentesco, no caso de pessoa jurídica;
> VIII - comprovante de inscrição e situação cadastral no CPF, documento de identificação pessoal, certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Federal e a Declaração de Inexistência de Parentesco, no caso de pessoa física e consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
> IX – certidões ou outros documentos que atestem a ausência de penalidade que impeça a contratação com o Ministério Público do Estado do Maranhão, obtidas por meio de consulta nos seguintes endereços:
> a) SICAF;
> b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União no sítio eletrônico;
> c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, disponível no sítio eletrônico ;
> d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU, a ser obtida no sítio eletrônico
>
> **Lei nº. 14.133/2021**
> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI - razão da escolha do contratado;
VII - justificativa de preço;
VIII - autorização da autoridade competente.

Compulsando os autos, nota-se que a solicitação foi instruída com os documentos e informações exigidas pelas normas encimadas, uma vez que constam: 1. DFD; 2. Estudo Técnico Preliminar; 3. Termo de Referência; 4. SICAF; 5. Proposta comercial; 6. Documentos relativos a regularidade fiscal e trabalhista; 7. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica feito pelo Tribunal de Contas da União;

Outrossim, a Coordenadoria de Administração, no Termo de Referência (item 2) justifica a necessidade de contratação direta da empresa proponente para o fornecimento de senhas de acesso à ferramenta “Banco de Preços”, nos seguintes termos:

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:
2.1 Esclarecemos que a presente solicitação visa à superação das dificuldades enfrentadas pelas unidades que compõe a estrutura administrativa do Ministério Público do Maranhão, na obtenção de orçamentos que sirvam de parâmetro para o cálculo do preço médio de mercado, de modo a possibilitar a confecção dos Projetos Básicos e Termos de Referências que servirão de base para a realização de processos licitatórios, haja vista que a maioria das empresas consultadas não se dispõem a suspender suas atividades ordinárias, deixando de auferir lucro, tão somente para auxiliar a Administração Pública, sem qualquer contrapartida financeira.
2.2. A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à Administração Pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição. Portanto, é necessário que tenhamos acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação e aquisição. 2.3 A disponibilização de um banco de dados com preços praticados por toda a Administração Pública, facilitará significativamente as atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias da instituição ministerial, além do que contribuirá para que os preços a serem incluídos nos futuros Projetos Básicos e Termos de Referências, sejam o mais fidedignos possíveis, diminuindo sensivelmente as hipóteses de valores superestimados, que implicam em desvantagem para a Administração, ou ainda, de valores aquém dos praticados no mercado, que restringem a competição e podem vir a conduzir à inexecução do contrato.
2.4 A contratação do serviço ora solicitado, conferirá agilidade à deflagração, instrução e conclusão dos procedimentos administrativos relacionados à aquisição de bens e serviços em tramitação no âmbito do Ministério Público do Maranhão, possibilitando a entrega, no menor espaço de tempo possível, dos produtos finais de atribuição de cada uma das Coordenadorias que compõe a estrutura administrativa de nossa instituição.
2.5 Como a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.**, é a única que possui licença para prestação dos serviços objetos do presente termo de referência, torna-se inviabilizada a ampla competição, razão pela qual necessária se faz a contratação mediante **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, I, da Lei nº 14.133/21

Para a comprovação da condição de fornecedor exclusivo, a Unidade solicitante acostou ao processo Atestado (Anexo n° 0296307), emitido pela Associação Comercial do Paraná – ACP, bem como a Certidão n° 260127/44.995 (Anexo n° 0296317), emitida pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES, onde informa que:

(...) 1) QUE a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA** é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo território nacional o programa para computador **BANCO DE PREÇOS** destinado à prestar os serviços relativos a esse programa.

Nesse sentido, cumpre acrescentar que o entendimento do Tribunal de Contas da União, Súmula nº 255, é de que “*Nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade*”, ou seja, deve o gestor verificar a veracidade ou confiabilidade das informações prestadas nas aludidas Declarações.

No que concerne à pesquisa de preços praticados no mercado, a CAD anexou notas de empenho de outras contratações desse particular por entes públicos, documentação que demonstra a compatibilidade dos valores cobrados com aqueles praticados no mercado, estando, portanto, em conformidade com a exigência contida no §4º[2], do artigo 23, da Lei nº.

14.133/2021.

Em relação ao Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, estes necessitam de pequenos ajustes ao final mencionados, **os quais pela sua natureza textual, dispensam o reenvio a esta Assessoria Jurídica**.

Ante o exposto, esta Assessoria se manifesta pela possibilidade jurídica do pedido de contratação direta da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA., CNPJ Nº 07.797.967/0001-95, no valor de R$ **38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais)**, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei Federal 14.133 de 2021, ressalvados os aspectos técnicos, discricionários, econômicos e financeiros, que escapam do exame ora efetivado, **desde que** os autos sejam encaminhados aos seguintes setores, para adoção das providências indicadas a seguir:

1. Encaminhamento dos autos à CAD:

1.1. Para instruir os autos com: **a)** declaração de que a empresa não contrata menor, salvo na condição de aprendiz (art. 7º, XXXIII, CF/88); e **b)** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF com prazo válido;

Estudo Técnico Preliminar:

1.2. Item 7, para a justificativa de preços foram anexadas notas de empenho de outras contratações da empresa por entes públicos;

Termo de Referência

1.3. Item 2.5, recomenda-se: *"(...) nos termos do art. 74, I, **§ 1°,** da Lei nº 14.133/21"*;

1.4. Item 11.1, corrigir a remissão para "item 5", que trata do recebimento das senhas de acesso;

2. Por fim, à apreciação da Autoridade Competente para que seja decidido quanto a autorização para realização da contratação, nos termos do art. 72, inc. VIII, da Lei nº. 14.133/2021**.**

São Luís/MA, 08 de abril de 2026.

Luciana da Silva Lins

Assessora Jurídica

De Acordo. À Consideração Superior.

Maria do Socorro Quadros de Abreu

Assessora-Chefe da ASSJUR

---

[1] Dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, e dá outras providências.

[2] § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA DA SILVA LINS**, **Assessor Jurídico da Assessoria Jurídica da Administração**, em 08/04/2026, às 13:53, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU**, **Assessor Chefe da Assessoria Jurídica da Administração**, em 08/04/2026, às 14:11, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0382792** e o código CRC **9BB29940**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Despacho nº 1050/2026 - GPGJ/DG/SEAF

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Interessado: Coordenadoria de Administração (CAD)

À Coordenadoria de Administração,

Tendo em vista o Parecer[1] da Assessoria Jurídica, encaminhem-se os autos para as providências cabíveis.

Após, retornem-se.

São Luís/MA, *data da assinatura eletrônica*.

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA

Técnico Ministerial

Diretor da SEAF

Referências:

1. ^ Parecer 86 (0382792)

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor da SEAF**, em 08/04/2026, às 15:00, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0383082** e o código CRC **C4F78FE5**.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.797.967/0001-95

Razão Social: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA

Endereço: R IZABEL A REDENTORA 2356 EDIF LOEWEN / CENTRO / SAO JOSE DOS PINHAIS / PR / 83005-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/03/2026 a 25/04/2026

Certificação Número: 2026032701401420995430

Informação obtida em 09/04/2026 08:12:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Anexo FGTS - NP Tecnologia (0383984) SEI 19.13.0038.0007162/2026-49 / pg. 114

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº 07.797.967/0001-95 com sede na Rua Izabel A Redentora, 2356, Edif Loewen - Sala 117, Centro – São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.005-010, por intermédio de seu representante legal o Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, portador da Carteira de Identidade n.º 4.086.763-5, SSP-RS, e do CPF n.º 574.460.249-68, DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme Lei nº 9.854/99).

São José dos Pinhais, 25 de fevereiro de 2026.

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968

Assinado de forma digital por RUDIMAR BARBOSA DOS REIS:57446024968
Dados: 2026.02.26 11:23:43 -03'00'

Rudimar Barbosa dos Reis
Presidente do Grupo
Negócios Públicos

Tel.: 41 3778.1700
Fax: 41 3778.1767

falecom@negociospublicos.com.br

R. Dr. Brasílio Vicente de Castro, 111
Campo Comprido, Curitiba – PR

negociospublicos.com.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

1.1 contratação de empresa especializada no fornecimento de 03 (três) senhas de acessos à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas, denominada Banco de Preços.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Esclarecemos que a presente solicitação visa à superação das dificuldades enfrentadas pelas unidades que compõe a estrutura administrativa do Ministério Público do Maranhão, na obtenção de orçamentos que sirvam de parâmetro para o cálculo do preço médio de mercado, de modo a possibilitar a confecção dos Projetos Básicos e Termos de Referências que servirão de base para a realização de processos licitatórios, haja vista que a maioria das empresas consultadas não se dispõem a suspender suas atividades ordinárias, deixando de auferir lucro, tão somente para auxiliar a Administração Pública, sem qualquer contrapartida financeira.

2.2. A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à Administração Pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição. Portanto, é necessário que tenhamos acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação e aquisição.

2.3 A disponibilização de um banco de dados com preços praticados por toda a Administração Pública, facilitará significativamente as atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias da instituição ministerial, além do que contribuirá para que os preços a serem incluídos nos futuros Projetos Básicos e Termos de Referências, sejam o mais fidedignos possíveis, diminuindo sensivelmente as hipóteses de valores superestimados, que implicam em desvantagem para a Administração, ou ainda, de valores aquém dos praticados no mercado, que restringem a competição e podem vir a conduzir à inexecução do contrato.

2.4 A contratação do serviço ora solicitado, conferirá agilidade à deflagração, instrução e conclusão dos procedimentos administrativos relacionados à aquisição de bens e serviços em tramitação no âmbito do Ministério Público do Maranhão, possibilitando a entrega, no menor espaço de tempo possível, dos produtos finais de atribuição de cada uma das Coordenadorias que compõe a estrutura administrativa de nossa instituição.

2.5 Como a empresa **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.**, é a única que possui licença para prestação dos serviços objetos do presente termo de referência, torna-se inviabilizada a ampla competição, razão pela qual necessária se faz a contratação mediante **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, I, §1º da Lei nº 14.133/21.

2.6. A pesquisa de preços é um procedimento de fundamental importância para a prática das contratações e licitações no âmbito da Administração Pública, em especial, por ser o instrumento capaz de garantir ao poder público a prévia estimativa de seus gastos, bem como, o acompanhamento adequado de sua execução orçamentário financeira. Por conta dessa peculiaridade, a pesquisa de preço torna-se uma exigência legal e formal, que deve ser cumprida pelos órgãos públicos, antes de celebrarem qualquer tipo de contratação, decorrente de procedimentos licitatórios e/ou contratações diretas, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/21 (Lei de licitações e Contatos), e em decisões emitidas pelo Tribunal de Contas da União.
Nesta lógica, por ser a pesquisa de preço um instrumento necessário a satisfazer os gastos públicos, e que tem exigência legal para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1. Serviço com acesso via internet por meio de site próprio, com sistema de busca de preços e consolidação de informações de licitações, praticados no âmbito das administrações públicas;
3.2. Acesso ao serviço autentico por meio de login/senha específicos;
3.3. O sistema de acesso deve ser compatível com sistema operacional WINDOWS a ser operacionalizado em ambiente Web, com emissão de relatórios;
3.3.1. O Sistema deverá apresentar informações de licitações válidas, de pregões eletrônicos, apresentação de planilhas ou instrumento similar que informe as variações observadas de acordo com pesquisa baseada, principalmente, no sistema compras governamentais ou outros Oficiais;
3.3.2. Disponibilidade de acesso em 24 horas por dia e 07 dias por semana, independente de dia útil ou feriado;
3.3.3. Disponibilizar acesso aos serviços de consultoria de Preços, com sistema inteligente de pesquisas, baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas pela Administração Pública, para facilitar o processo de cotação de preços no mercado;
3.3.4. Disponibilizar informações atualizadas relativas a valores de referência, Atas de Registro de Preços e consulta facilitada a informações concernentes à elaboração de Editais.
3.3.5. O sistema deverá fornecer acesso de busca por palavra chave, com diversos mecanismos de filtragem das informações disponibilizadas, tipo por: palavra-chave, período, marca, UASG, UF, dentre outros possíveis;

3.3.6. Os preços a serem pesquisados deverão ser fornecidos e acessíveis pelas plataformas de interface dos mais diversos bancos de dados, entre os quais podemos citar: Comprasnet; licitações-e (banco do Brasil); BEC-SP, dentre outros;
3.3.7. O preço a ser disponibilizado, via sistema, deverá ter sua referência original com link que redirecione para a publicação oficial ou cópia da publicação, com acesso e salvamento em arquivo tipo PDF;
3.3.8. O sistema deverá oferecer seleção de preço para comparativo e emissão de relatório de extratos dos preços pesquisados, possibilitando a consulta de preço com período de até 2 anos de publicação;
3.3.9. O sistema deverá ser atualizado diariamente, com consulta a preços adjudicados e ARP em vigência, contendo dados mais fidedignos possíveis;
3.3.10. O sistema deverá oferecer opção de cotação direta com o fornecedor, possibilitando o acesso ao histórico e cadastro comerciai dos fornecedores;
3.3.11. O sistema deverá possibilitar a pesquisa sistêmica, atendendo ao que dispõe a IN 73/20 da SLTI/MPOG e IN 65/21 da SLTI/MPOG;
3.3.12. O Sistema deverá permitir a busca de preços por itens que atendam e estejam com consonância com os critérios de sustentabilidade.
3.3.13. Atender, com técnico disponível para dirimir dúvidas acerca da acessibilidade do sistema, assim como, demonstrar de forma mais rápida as opções e níveis de consulta apresentadas no sistema.

4. COMPROVAÇÃO DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Banco de Preços	Painel de Preços
Fontes da pesquisa: Compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG - Comprasnet - Bolsa Eletrônica de Compras (governo do estado de São Paulo) - Licitações-e (Banco do Brasil) - BPS (Ministério da Saúde) - Tabela Sinapi - Pesquisas de sites de domínio amplo - Cotação direta com fornecedores.	Fontes da pesquisa: - Compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG - Comprasnet.

ais de 20 opções de fórmulas de cálculo para estimativa do preços.	Informação indisponível para comparação.
Amplas possibilidades na modulação do relatório.	Emite 2 tipos de relatório, o completo e o resumido.
Diversos filtros para refinamento da pesquisa.	Poucos filtros para refinamento da pesquisa
Opção de relatório personalizado para cotação de serviço de terceirização.	Não oferece.
Opção para visualização de todos os preços válidos da licitação.	Não oferece.
Opções de visualização por participantes, vencedores e micro empresas.	Não oferece.
Perfil completo de fornecedores, incluindo dados de contato.	Não oferece.
Visualização do gerenciamento da ata de SRP.	Não oferece.
Mapa de fornecedores.	Não oferece.
Relatório de competitividade – Decreto n. 8.538/15.	Não oferece.
Sistema de elaboração do Termo de Referência.	Não oferece.
Atualização diária.	Informação indisponível para comparação.
Ferramenta estável com assistência técnica de fácil contato.	Ferramenta instável que ainda conta com muitas Inconsistências no funcionamento.

4.1. Dentre todas as funcionalidades listadas, certamente úteis durante a pesquisa de mercado, há aquelas que atualmente se mostram indispensáveis às atividades desta Pasta e não são fornecidas pelo Painel de Preços. Estas se tratam da possibilidade de emitir relatório de competitividade para atender as determinações do Decreto n. 8.538/15 (restrição da competitividade da licitação para participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas), o perfil e mapa de fornecedores. No primeiro caso, o Banco de Preços capta as informações dos licitantes, filtra os que se enquadram nos requisitos legais e emite um relatório capaz de ser direcionado por região do país se for o caso. Já com o mapa de fornecedores, é possível pesquisar facilmente quais empresas já forneceram determinado objeto, informando os dados para contato, também de forma regionalizada se for necessário. Como já relatado, o Painel de Preços e a Cotação Zênite não apresentam tais funcionalidades, somente o Banco de Preços as oferece.

4.2. Ademais, cumpre também esclarecer que os relatórios do Banco de Preços e Painel de Preços, apesar de ambos serem alimentados pelo banco de dados de Compras Governamentais, apresentam resultados distintos durante a pesquisa mesmo com parâmetros semelhantes. No Painel de Preços, o relatório emitido tem por base a data da aquisição. Dessa forma, o relatório apresentará pregões mais antigos, contudo, com aquisições realizadas dentro do lapso temporal refinado. O Banco de Preços, por seu turno, analisa a data da realização do certamente, independentemente do dia da efetivação da compra. Ou seja, as pesquisas podem apresentar resultados diferentes pelos mesmos parâmetros, o que tornam seus relatórios complementares.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DAS SENHAS DE ACESSO:

5.1 O prazo de vigência do contrato será de **1 (um) ano**, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PCNP.
5.2 As senhas de acesso ao sistema de banco de preços deverá ser enviada pelos Correios, com aviso de recebimento, endereçado à **Coordenadoria de Administração**, situada à **Av. Professor Carlos cunha, s/nº, Calhau, São Luís/MA**, e, paralelamente, para o e-mail *cad@mpma.mp.br*, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, contados do **recebimento da Nota de Empenho** pela **CONTRATADA**, ocasião em que a senhas de acessos consideram-se definitivamente recebidas.

6. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO E ESTIMATIVA DE CUSTO E QUANTITATIVOS

6.1. Cabe esclarecer que as senhas serão para uso da Coordenadoria de Administração e da Seção de Compras, Diretoria Geral e Assessoria Técnica.

Item	Descrição	UND.	QUANT.	Valor Unitário
01	Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública. (Sistema de busca e consolidação de informações de Licitações e Pregões Eletrônicos).	Serviço	03	R$ 12.750,00
Valor Total (Anual)				R$ 38.250,00

O valor estimado dos serviços ora solicitados é de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**

6.2. Caracterização do serviço:

6.2.1 O sistema deverá apresentar informações de licitações válidas, de pregões eletrônicos, apresentação de planilhas ou instrumento similar que informe variações observadas de acordo com pesquisa baseada principalmente no sistema Comprasnet ou outros oficiais.

6.2.2. O acesso está disponível nas plataformas: Windows, Mac, Linux, IOS e Android. Podendo ser acessado por meio de computador, tablet e Smartphone. O Banco de Preços tem disponibilidade de acesso utilizando os navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Ópera, Safari Edge e Internet Explorer. O Internet Explorer deverá ter versão mínima IE 9 (nove) ou superior.

6.2.3 O sistema deverá estar disponível 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

6.2.4. Deverá ser disponibilizado login e senha provisórios para posterior troca pelos definitivos.

6.2.5. Deverá fornecer sistema de busca por palavra-chave;

6.2.6. Filtro por data, UF e mais uma palavra chave

6.2.7. Cada preço tem sua referência original com link para redirecionamento para a publicação oficial ou cópia da publicação em PDF;

6.2.8. Seleção de Preço para comparativo;

6.2.9. Emissão de relatórios com extrato de preços;

6.2.10. A atualização do Banco de Preços deverá ser diária visando apresentação de dados mais fidedignos;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com contrato e seus anexos.

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.3. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor através de servidor especialmente designado.

7.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

7.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no neste Termo de Referência;

7.7. Comunicar à empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do objeto deste termo de referência.

7.8. Fiscalizar a execução dos serviços do presente termo de referência de acordo com as condições e exigências nele especificadas.

7.9. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a Contratada possa realizar o fornecimento e a prestação dos serviços com esmero e perfeição;

7.10. Fornecer e colocar a disposição da contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

7.11. Notificar a contratada por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos da sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. <u>Disponibilizar 03 (três) senhas</u>, no valor total de R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), para utilização irrestrita, sem limite de acessos, durante o período de vigência do contrato.

8.2. Notificar a contratante sobre qualquer irregularidade ocorrida durante a execução dos serviços

8.3. Deverá ser indicado funcionário para intermediação das solicitações que poderá sempre que possível ser realizada por meio de mensagens eletrônicas;

8.4. Arcar com todos os custos necessários, à perfeita execução do objeto deste termo de referência, inclusive despesas, impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, taxas, transporte e seguros incidentes ou que venham a incidir, bem como quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto ora licitado.

8.5. Durante o período contratado, deverá realizar atualizações diárias dos bancos de preços disponíveis no sistema.

8.6. Deverá realizar gratuitamente atualização do sistema sempre que houver novas versões;

8.7. Prover suporte aos serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado

8.8. Prestar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na prestação do serviço.

8.9. Cumprir fielmente o presente contrato de forma que os serviços contratados sejam fornecidos eficazmente, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.10 A CONTRATADA obriga-se a manter as condições iniciais de habilitação durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão.

8.11. A CONTRATADA deverá indicar telefone, chat, e-mail, para contato para casos excepcionais que porventura venha a ocorrer.

8.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Os servidores, lotados na Coordenadoria de Administração, designados pelo Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça para fiscalizar o contrato (**Roseane Brandão Pantoja, MAT. 1064377 – GESTORA, DIEGO ABREU MENDONÇA, MAT.1070880 - FISCAL, HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA, MAT. 1076117 - SUPLENTE),** deverão registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATÍVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato

10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 deste termo de referência, bem como nos itens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimentos de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

10.2.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2. **Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.5. A inexecução parcial do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA atrasar a entrega dos produtos de 1 (um) até 15 (quinze) dias corridos.

10.2.6. A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses quando a CONTRATADA atrasar a entrega dos produtos por mais de 15 (quinze) dias corrido

10.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, 2021):

10.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.6.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, segundo seu Art. 159, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Procuradoria Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora

contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado após o recebimento definitivo das senhas de acesso, nos termos do **item 5**, devendo a Nota Fiscal vir discriminada de acordo com a Nota de Empenho, acompanhada de Certidões Negativas do INSS, FGTS, Fazenda Nacional, Estadual e Municipal e do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE). E da comprovação de inexistência de débitos inadimplementos perante a Justiça do Trabalho, conforme o disposto no inciso V do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Após aceitação e ateste de recebimento definitivo das senhas de acesso, efetuado na Nota Fiscal, o pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, em até **30 (trinta) dias**, através de ordem bancária na conta indicada na proposta, devendo para isto, conter o nome do BANCO, AGÊNCIA E NÚMERO DA CONTA CORRENTE em que deverá ser efetivado o crédito.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

12.1 O valor estimado dos serviços ora solicitados é de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**

São Luís/MA, 09 de abril de 2026.

ROSEMIRO LIMA SETUBAL:79494900391
Assinado de forma digital por ROSEMIRO LIMA SETUBAL:79494900391
Dados: 2026.04.09 09:25:25 -03'00'

ROSEMIRO LIMA SETÚBAL
Coordenador de Administração em Exercício

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Assinado de forma digital por HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Dados: 2026.04.09 09:21:01 -03'00'

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA
Assessor Técnico IV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR n° 02/2026 – Banco de Preço.

1. OBJETO

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar – ETP que serve essencialmente para assegurar a viabilidade da contratação e embasar o Termo de Referência, bem como tratar sobre os estudos iniciais realizados para realização da Inexigibilidade de Licitação.

Assim, constitui aquisição prevista para ser realizada por meio Inegibilidade de Licitação, para contratação direta **(Sistema de Banco de Preços)** cujos quantitativos, especificações mínimas dos materiais e demais condições estão descritas no presente instrumento, bem como no Termo de Referência.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes prevista no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Entendemos, portanto, que a aquisição do material nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades do MPMA no que tange às exigências.

Ademais, a contratação do referido material deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

3. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

A aquisição do item em questão (banco de Preço), visa suprir as necessidades do setor de compras, desta coordenadoria de Administração e da Assessoria Técnica da PGJ, visto a utilização do sistema para levantamento de preços mediante domínio amplo, cotações de licitações do setor público, dentre outras ferramentas exclusivas e de extrema necessidade para este setor.

4. INFORMAR SE A DEMANDA ESTÁ INCLUÍDA NO PLANEJAMENTO DA ISTITUIÇÃO

Por se tratar de aquisição necessária ao desenvolvimento de atividades visando a melhoria dos procedimentos internos desta instituição, considera-se a presente requisição de pleno Ato Regulamentar n° 22/2020 que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, no que disciplina seu art. 66, inciso I, alínea a), "Compete à Coordenadoria de Administração coordenar e acompanhar as atividades de aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais de consumo". Por fim, ressalta-se a aquisição encontra resguardo no Plano de Contratação Anual, conforme DFD anexo.

5. LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES QUE ATENDAM À DEMANDA

Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada pela Equipe de Planejamento da Contratação é a realização de procedimento de Inexigibilidade, com fulcro no Art. 74, da lei nº 14.133/21 (sistema de Banco de Preços) de acordo com especificações comuns de mercado capazes de atender aos requisitos de negócio.

Neste sentido, optou-se pela contratação via processo de Inexigibilidade a licitação, em virtude de visarmos uma melhor gestão financeira, uma melhor gestão admnistratíva, uma melhor gestão orçamentária e celeridade na contratação. Acredita-se, ainda, que este modelo, torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos, além de se reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

6. QUANTIDADE ESTIMADA

6.1. O quantatitaívo foi levantado mediante proposta NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA (responsável pelo Banco de Preço).

6.2. Cabe esclarecer que as senhas serão para uso da Coordenadoria de Administração, da Seção de Compras e da Assessoria Técnica da PGJ.

6.3. Após pesquisa dos preços praticados no mercado, foram obtidos os seguintes valores estimados:

Item	Descrição	UND.	QUANT.	Valor Unitário
01	Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública. (Sistema de busca e consolidação de informações de Licitações e Pregões Eletrônicos).	Serviço	03	R$ 12.750,00
Valor Total (Anual)				R$ 38.250,00

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Foram realizadas análises críticas dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferiçao do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados. Desse modo, constatou-se o valor total estimado de: **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**

Por fim, ressalta-se que em relação aos preços constantes no presente instrumento, bem como no Termo de Referência, esclarcemos que para a justificativa de preços foram anexadas notas de empenho de outras contratações da empresa por entes públicos. Ademais, frisamos que os preços estão compatíveis com os praticados no mercado, seguindo recomendação do **ATO REGULAMENTAR Nº 13/2020-GPGJ, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Em virtude da natureza o item a ser adquirido, não há razões para que ocorra o parcelamento.

9. CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com oobjeto da compra /contratação pretendida para essa finalidade, especificamente.

10. RESULTADOS ESPERADOS

O item adquirido será aplicado de forma a sanar a necessidade de levantamento de preços proveniente de licitações, bem como do mercado em geral, os quais são imprescindíveis para o exercício das atribuições institucionais de membros e servidores lotados na Procuradoria-Geral de Justiça, do setor de compras desta Coordenadoria de Administração.

Dessa forma, pretende-se com o processo de inexigibilidade, obter um mecanismo ágil, econômico e seguro pararealização de aquisição dos materiais descrito no presente Estudo Técnico Preliminar.

Assim, a contratação pretendida trará benefícios diretos afim de suprir os agentes públicos de recursos necessários que promovem as melhores condições ao desempenho de suas funções.

Em resumo, a solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

ITEM	DOS RESULTADOS PRETENDIDOS
1	Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
2	Garantir o fornecimento de materiais de qualidade, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
3	Integração e harmonia no fornecimento e entrega dos materiais;
4	Manter a continuidade dos produtos em estoque;
5	Atender as unidades administrativas quanto às suas necessidades;
6	Fazer o ressuprimento dos produtos em tempo suficiente e sem atropelos.

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

11.1. Justificativa da Viabilidade:

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Preliminar da Contratação e demais informações, a equipe de planejamento da contratação manifesta-se no sentido de considerar viável, tanto nos aspectos técnicos quanto econômicos, a realização da aquisição pretendida, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Maranhão – MPMA.

12. RESPONSÁVEIS

ROSEMIRO LIMA SETUBAL:79494900391
Assinado de forma digital por ROSEMIRO LIMA SETUBAL:79494900391
Dados: 2026.04.09 09:27:09 -03'00'

ROSEMIRO LIMA SETÚBAL
Coordenador de Administração em Exercício

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Assinado de forma digital por HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA:05946075314
Dados: 2026.04.09 09:19:49 -03'00'

HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA
Assessor Técnico IV

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho nº 408/2026 - GPGJ/DG/CAD

À SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Senhor Diretor,

Em atenção ao Parecer 86 Parecer Jurídico (0382792) da Assessoria Jurídica da Administração, informamos que realizamos as providências solicitadas no parecer supramencionado.

Desse modo, encaminhamos os autos para a Secretaria Administrativo-Financeira para prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **ROSEMIRO LIMA SETUBAL**, **Coordenador(a) de Administração, em exercício**, em 09/04/2026, às 09:43, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Documento assinado eletronicamente por **HEITOR ANTONIO SOUSA E SILVA**, **Assessor Técnico IV**, em 09/04/2026, às 09:48, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0384030** e o código CRC **0FA9962B**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Despacho nº 1065/2026 - GPGJ/DG/SEAF

Assunto: Inexigibilidade de Licitação (NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.)

Interessado: Comissão Permanente de Licitação

AO DIRETOR GERAL,

À consideração de Vossa Senhoria para fins de autorização da contratação da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**.**, conforme Termo de Referência[1], objetivando a aquisição de 03 (três) senhas de acesso à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, pelo prazo de 01 (um) ano, no valor total de **R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais),** através de contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, §1º, da Lei Federal 14.133/21, e nos termos do Parecer Jurídico[2].

São Luís, data da assinatura eletrônica.

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA

Técnico Ministerial

Diretor da SEAF

Referências:

1. ^ Termo de Referência (0384013)
2. ^ Parecer 86 (0382792)

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor da SEAF**, em 09/04/2026, às 15:49, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0384491** e o código CRC **DC4BDDC9**.

Despacho nº 1588/2026 - GPGJ/DG

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

INTERESSADO: COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO (CAD)

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do Memorando nº 20/2026 - GPGJ/DG/CAD, por meio do qual a Coordenadoria de Administração (CAD) solicita a adoção dos procedimentos necessários para contratação da empresa NP Tecnologia e Gestão de Dados LTDA, por inexigibilidade de licitação, visando à aquisição de 03 (três) senhas de acesso à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, no valor total de R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).

Após a regular instrução processual, os autos foram encaminhados pela Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF) a esta Diretoria Geral para fins de autorização da contratação, conforme Despacho nº 1065/2026 - GPGJ/DG/SEAF.

Ante o exposto, decide-se:

1. Acolhe-se e adota-se o Parecer nº 86/2026 - GPGJ/DG/ASSJUR, que opinou pela viabilidade jurídica da contratação direta;

2. AUTORIZA-SE a contratação da empresa NP Tecnologia e Gestão de Dados LTDA, por inexigibilidade de licitação, no valor total de R$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), com fundamento no art. 74 da Lei nº 14.133/2021;

3. Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Orçamento e Finanças para emissão da respectiva Nota de Empenho;

4. Após, à Comissão Permanente de Licitação para adoção das providências necessárias à formalização da contratação.

PAULO GONÇALVES ARRAIS
Diretor-Geral
PGJ/MA

Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS**, **Diretor Geral**, em 14/04/2026, às 10:04, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0391562** e o código CRC **D4C4473A**.

Ano Base: 2026

Unidade Gestora
070101 Procuradoria Geral da Justiça

Número
2026NE001093

Data Referência
14/04/2026

Gestão
00001 Gestão Geral

Processo
19.13.0038.00071622026-49

Nota Empenho Original

Evento
400010 RC09-Emissão de Empenho da Despesa

Referência Legal
Lei 8666/93

Pré-Empenho

Credor
07.797.967/0001-95 NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

Modalidade Empenho
Ordinário

Empenho Centralizado
Não

Endereço Credor

Valor
38.250,00 (Trinta e Oito Mil Duzentos e Cinqüenta Reais)

Grupo Programação Financeira
003 Outras Despesas Correntes

Tipo Prestação Contas

Tipo Contrato

Modalidade Licitação
07 Licitação Inexigível

Transação
0540 Nota Empenho

Obedece Ordem Cronológica
Sim

Complemento

Unidade Gestora Nota Descentralização Crédito

Nota Descentralização Crédito

Gestão Nota Descentralização Crédito

Contrato SIGA

Histórico
Aquisição de 03 (três) senhas de acesso à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas, denominada Banco de Preços.

Classificação Orçamentária

Esfera
Fiscal

Unidade Orçamentária
07101

Programa Trabalho
03 091 0337 4450 023594

Função
03 Essencial à Justiça

Subfunção
091 Defesa da Ordem Jurídica

Programa
0337 Gestão de Ações Essenciais à Justiça

Ação
4450 Gestão do Programa

Subação
023594 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Fonte Recurso
1.5.00.101000 Recursos não Vinculados de Impostos - Fonte 1500.1010000

Natureza Despesa
33.90.40.06 Locação de Software

Cronograma Desembolso

Janeiro		**Fevereiro**		**Março**	
Abril	38.250,00	**Maio**		**Junho**	
Julho		**Agosto**		**Setembro**	
Outubro		**Novembro**		**Dezembro**	

Descrição Itens

Item	Cód. Material	Qtd	Especificação	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total

Documento assinado eletrônicamente por 859.809.942-20 - Paulo Gonçalves Arrais em 14/04/2026 17:14:39 e 282.019.903-82 - Danilo José de Castro Ferreira em 14/04/2026 17:15:29.

Autencidade deste documento pode ser conferida no site https://autenticidade-sigef.seplan.ma.gov.br, informando a chave de acesso XPRTYV6OGQILFORK1DGP5QI28BBGA6.

Ano Base: 2026

Unidade Gestora
070101 Procuradoria Geral da Justiça

Número
2026NE001093

Data Referência
14/04/2026

Gestão
00001 Gestão Geral

Processo
19.13.0038.00071622026-49

Nota Empenho Original

Evento
400010 RC09-Emissão de Empenho da Despesa

Referência Legal
Lei 8666/93

Pré-Empenho

Credor
07.797.967/0001-95 NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

Modalidade Empenho
Ordinário

Empenho Centralizado
Não

Endereço Credor

Valor
38.250,00 (Trinta e Oito Mil Duzentos e Cinqüenta Reais)

Danilo José de Castro Ferreira
Ordenador Primário

Paulo Gonçalves Arrais
Ordenador Secundário

Documento assinado eletrônicamente por 859.809.942-20 - Paulo Gonçalves Arrais em 14/04/2026 17:14:39 e 282.019.903-82 - Danilo José de Castro Ferreira em 14/04/2026 17:15:29.

Autencidade deste documento pode ser conferida no site https://autenticidade-sigef.seplan.ma.gov.br, informando a chave de acesso XPRTYV6OGQILFORK1DGP5QI28BBGA6.